

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Especialização em Projetos sociais: Formulação e monitoramento

Vânia Mendes de Almeida

DEMOCRACIA RACIAL E PRECONCEITO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Belo Horizonte

2020

Vânia Mendes de Almeida

DEMOCRACIA RACIAL E PRECONCEITO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Versão Final

Monografia de especialização apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento.

Orientador: Prof. Frederico Couto Marinho

Belo Horizonte

2020

301 Almeida, Vania Mendes de.
A447d Democracia racial e preconceito na educação infantil
2020 [recurso eletrônico] / Vania Mendes de Almeida. - 2020.
1 recurso online (71 f.) : pdf
Orientador: Frederico Couto Marinho.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em
Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento -
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Racismo. 2. Educação infantil. 3. Discriminação.
I. Marinho, Frederico Couto. II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Belo Horizonte

2020



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas **Departamento de Sociologia**
Av. Antônio Carlos, 6627 -
Pampulha 31.270-901 - Belo
Horizonte - MG

ESPECIALIZAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS: FORMULAÇÃO E MONITORAMENTO

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA DE 2017772091 - VÂNIA MENDES DE ALMEIDA

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, reuniu-se a banca examinadora de defesa de monografia do Curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento, composta por Orientador: Frederico Couto Marinho e Glauber Eduardo Ribeiro Cruz para examinar a monografia intitulada "*Democracia Racial e Preconceito na Educação Infantil*" de 2017772091 - VÂNIA MENDES DE ALMEIDA. Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da monografia. Para constar, foi lavrada a presente ata que vai datada e assinada pela Coordenadora.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2020

Assinatura manuscrita em tinta azul de Danielle Cireno Fernandes.

Profa. Danielle Cireno Fernandes
Coordenadora do Curso de Especialização em
Projetos Sociais: Formulação e
Monitoramento

Resumo

Discussões sobre relações raciais são escassas em todos os níveis de ensino no país. Entretanto, o silêncio sobre esse tema é mais evidente na educação infantil. Além da ausência de pesquisas sobre o assunto, existe na sociedade brasileira, uma visão de que a criança pequena é pura e sem maldade, e por isso, deve ser resguardada de temas como discriminação e preconceito. O objetivo dessa pesquisa foi verificar a postura das educadoras da Educação Infantil de uma escola em Sete Lagoas perante situações de preconceito em sala de aula. Deve-se ressaltar que a presença do docente é muito marcante para as crianças da educação infantil, e dessa forma, é extremamente importante que as educadoras invistam em estratégias capazes de desmistificar ideias falsas envolvendo questões de etnia impregnadas no imaginário da sociedade brasileira. Foi utilizada uma pesquisa qualitativa, iniciada com o estudo bibliográfico, observação participante, etnografia e entrevistas. Os resultados obtidos após as análises dos dados mostram a necessidade de posicionamentos em prol de uma educação libertadora.

Palavras-chave: Preconceito racial. Educação Infantil. Discriminação.

Abstract

Discussions about race relations are scarce at all levels of education in the country. However, the silence on this theme is more evident in early childhood education. In addition to the lack of research on the subject, there is a view in Brazilian society that small children are pure and without malice, and therefore, should be protected from issues such as discrimination and prejudice. The objective of this research was to verify the posture of early childhood educators at a school in Sete Lagoas city, in the face of prejudice in the classroom. It should be noted that the presence of the teacher is very striking for children in early childhood education, and therefore, it is extremely important that educators invest in strategies capable of demystifying false ideas involving issues of ethnicity impregnated in the imagination of Brazilian society. Qualitative research was used, starting with the bibliographic study, participant observation, ethnographic and interviews. The results obtained after the data analysis shows us the need for positions in favor of a liberating education.

Keywords: Racial prejudice. Child education. Discrimination.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Confecção da boneca	40
Figura 2 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Confecção dos personagens.	40
Figura 3 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Mural artístico	41
Figura 4 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Confecção dos personagens.	41
Figura 5 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Mural artístico	41
Figura 6 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Conto da história “A Bonequinha Preta”	42
Figura 7 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Confraternização	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA	10
2.1 Perfil da Instituição Pesquisada e dos Participantes.....	12
2.2 Intervenção etnográfica e coleta de dados	13
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
3.1 Antecedentes históricos.....	15
3.1.1 Racismo no Brasil	15
3.1.2 Mito da Democracia Racial	22
3.2 Marcos legais.....	27
3.2.1 Leis Antirracismo Elaboradas no Período Escravocrata	27
3.2.2 A Constituição e Leis Elaboradas para Combater o Racismo, Preconceito e Discriminação Racial.....	28
3.2.3 Ações Afirmativas	30
3.2.4 Cotas Raciais	31
3.2.5 Movimentos Negros	32
3.3 Dia da Consciência Negra	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
4.1 Aspectos Observados na sala de Aula.....	36
4.2 Análise das Entrevistas	43
4.2.1 Bloco temático: História	44
4.2.2 Bloco temático: Preconceito.....	45
4.2.3 Bloco temático: Sobre a escola em que você trabalha	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERENCIAS.....	55
APÊNDICES	
57 ANEXOS	60

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é formada por diversas etnias: a pluralidade cultural. Sendo esse um dos temas propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1997), é um assunto de fundamental importância para abordagens educativas. Questões envolvendo preconceitos estão relacionadas com a vida cotidiana e resultam do aprendizado decorrente do processo de socialização das crianças. O estudo de interface preconceito racial e metodologias de ensino-aprendizagem oferece uma possibilidade de colocar em um mesmo cenário essas duas temáticas de inquestionável relevância, possibilitando estabelecer uma relação entre ambas para, assim, pensar-se em estratégias que tem como prioridade trabalhar as relações étnico-raciais.

Nesse contexto, a sociedade constitui um espaço com grande potencial para produzir resistências à discriminação e ao preconceito; e a educação infantil como uma instituição escolar, não é um espaço neutro. Muitos problemas presentes na sociedade, como o preconceito racial e discriminação também se manifestam no âmbito escolar desde a mais tenra idade, assumindo configurações próprias que afetam a vida de toda comunidade escolar.

Diante desse cenário, o problema do preconceito racial surge desde os primeiros anos da trajetória escolar dos alunos, necessitando ser abordado e trabalhado desde cedo. O preconceito racial advém de uma opinião ou sentimento, favorável ou não, concebido sem conhecimentos prévios ou motivos. Portanto, é coisa pensada, raciocínio elaborado, restrito aos adultos? Errado. Nem as crianças menores estão imunes às múltiplas formas de discriminação e preconceito. Por isso que o combate a todos os tipos de preconceitos deve ser priorizado desde a educação infantil.

Segundo Carranço (2006), muitos profissionais acreditam que as crianças da educação infantil não possuem um conhecimento sobre as diferenças e por isso não praticam a discriminação. Entretanto, de acordo com o autor, as educadoras tem que oferecer inúmeros referenciais para as crianças, visando um princípio fundamental: a diferença é um aspecto positivo. É válido para todos que as

pessoas sejam diferentes uma das outras e nessa diferença obviamente há uma questão de cor, mais do que etnia.

Concordando com este autor, Cavalleiro (2000), diz que as crianças dessa faixa etária ainda não possuem autonomia para negar ou aceitar o que é ensinado pelo professor e, por isso, tornam-se vítimas de estereótipos e atitudes negativas transmitidas pelos mediadores sociais, inclusive o professor. Estigmas como a preferência por um determinado aluno de melhor condição social ou aparência devem ser evitadas na gestão da sala de aula moderna.

Assim, é mais comum do que se pensa, crianças, mesmo as mais novas, demonstrarem preconceito e dificuldade para aceitar as diferenças, pois em casa trazem no alicerce de sua formação o preconceito instalado nos seus progenitores por anos. Para Mattos (2007), as crianças adquirem consciências das diferenças sociais, em média, dos três aos cinco anos de idade e, com o tempo, passam a atribuir julgamentos aos diferentes grupos, com base na observação e nas experiências do meio em que vivem. Diante da complexidade do assunto preconceito, de acordo com a autora é preciso tentar entender o que se passa pela mente das crianças, evitando censuras e buscando investigar que questões as levam a ofender a outra pessoa.

De um modo geral, segundo Dias (2007), os brasileiros se consideram não preconceituosos e acreditam que no país existe uma democracia racial. Entretanto, várias situações de preconceito e discriminação colocam em evidências algumas lacunas para se pensar em trabalhar o preconceito racial na educação infantil: o reconhecimento do fato de que crianças, desde muito cedo, manifestam preconceito racial e a falta de preparo dos profissionais da educação infantil para lidar com esses problemas.

Sendo o preconceito racial um fenômeno de grande complexidade e infelizmente, ainda hoje, atuante na sociedade brasileira, surgiu a necessidade de realizar uma investigação acerca das estratégias utilizadas pelas docentes para tratar questões que se referem as relações étnico-raciais e ao preconceito racial na educação infantil, uma vez que a escola tem papel fundamental no combate no preconceito, pois contribui para a formação das crianças como cidadãos.

A pesquisa foi realizada no período do mês de novembro, na Escola Municipal Doutor Márcio Paulino, uma escola que atende do Ensino Infantil aos anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos (EJA) da Educação Básica, situada em Sete Lagoas, Minas Gerais, com aproximadamente seiscentos alunos.

Foram observados os alunos do 2º Período da Educação Infantil com idade de cinco anos.

No decorrer de tal observação, buscou-se verificar se a postura das educadoras apresentava embasamento para tratar de assuntos como o preconceito e discriminação em sala de aula com as crianças, para que as mesmas tenham a tranquilidade necessária ao enfrentarem os inúmeros desafios que surgem no trato dessa questão na escola.

Partindo de tais premissas, o centro desse trabalho monográfico é investigar como as agentes de socialização, neste caso professoras do 2º Período do Ensino Infantil, perpassam as noções raciais para as crianças, através de suas falas e práticas, como também investigar as estratégias utilizadas pelas educadoras para tratar esse delicado assunto com as crianças tão pequenas.

Por meio de estudo de referenciais teóricos que discorrem sobre o preconceito racial e educação infantil, pretende-se citar a trajetória do racismo no Brasil e suas consequências; apontar as leis elaboradas para combater o racismo, o preconceito e a discriminação; além de fazer uma análise de dados obtidos através da observação no âmbito escolar pesquisado, das fotografias tiradas e das entrevistas durante a pesquisa de campo.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, optou-se por adotar como metodologia a denominada qualitativa, uma vez que buscou-se identificar as ações dos docentes no que se refere ao trato do tema preconceito racial. Inicialmente foi utilizada a pesquisa exploratória, que se configura antes do planejamento formal do trabalho. Segundo Prestes (2003), ela tem por objetivo proporcionar maiores informações para o assunto que vai ser investigado. Nessa fase, foram selecionadas obras para estudo e estabelecidos os critérios a serem adotados.

A pesquisa bibliográfica foi o passo seguinte tendo também como referência principal o conteúdo disciplinares do curso de Especialização em Projetos Sociais:

Formulação e Monitoramento da UFMG. De acordo com Prestes (2003, p. 26) pesquisa bibliográfica é “aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico ou informatizado”.

Essa metodologia possibilita reavaliar, interpretar e criticar considerações teóricas ou paradigmas, para formulação de um trabalho acadêmico. Realizou-se fichamento das obras, onde principais conclusões e impressões foram alavancadas.

Para esse trabalho buscou-se a opção por uma pesquisa etnográfica. “A etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente etnografia significa „descrição” cultural”.

(ANDRE,1995 p.27). Numa perspectiva de educação é transformadora, optou-se por este tipo de pesquisa para que pudesse observar e tentar desvendar as várias interações que envolvem ações e questões que geram preconceito racial em sala de aula. Foi dada ênfase na investigação sobre atividade onde os alunos são convidados a refletir de forma lúdica sobre as questões raciais e as diferenças.

Andre (1995), também orienta sobre as características presentes em uma pesquisa etnográfica em educação como: a observação participante, a entrevista intensiva (ou etnográfica) e a análise de documentos, passos essenciais para que o pesquisador consiga ter sucesso em seu trabalho.

A observação é chamada de participante porque o pesquisador interage com a situação estudada (afetando-a e sendo por ela afetado), neste trabalho a interação foi feita com participação dos alunos e professora regente que aceitaram a experiência de terem um pesquisador participando ora de forma passiva, ora de forma ativa do fazer pedagógico diário. Foi escolhido o mês de novembro, para essa observação, pois há nas redes de ensino grandes projetos envolvendo o despertar da Consciência Negra.

As entrevistas são outros recursos da pesquisa etnográfica que tem objetivo de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados. Essa foi realizada como diagnóstico de uma situação existente e também após as atividades propostas, como vetor avaliativo da ação realizada.

Atividades envolvendo contação de histórias, produção de brinquedos, brincadeiras coletivas e atividades musicais foram integradas para mensurar a

importância da inclusão social para a clientela pesquisada. Andre (1995) defende essa postura de coleta de dados qualitativa porque favorece uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas. A análise dos trabalhos e atividades propostas foi usada para perceber o fenômeno estudado e complementar informações coletadas em outras fontes.

Andre (1995) esclarece que o período da pesquisa etnográfica pode vir a variar muito, indo desde algumas semanas até vários meses ou anos. Para o autor o período de tempo da pesquisa vai depender da necessidade do pesquisador, de sua aceitação pelo grupo pesquisado, de sua experiência em trabalho de campo e também do número de pessoas envolvidas na coleta de dados. (ANDRÉ, 1995, p. 29).

Os propósitos e uso da etnografia em educação, de acordo com André (1995) eram buscar formas de retratar o que se passava no dia a dia escolar e revelar suas complexas redes de interações na produção do conhecimento em sala de aula.

2.1 Perfil da Instituição Pesquisada e dos Participantes

Esse processo de investigação vem sendo realizado de modo informal desde o início do ingresso dessa pesquisadora no curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento pela UFMG e assumindo o caráter formal no período de novembro do ano de 2019.

O lócus desse trabalho foi a Escola Municipal Dr. Márcio Paulino, situada à rua Luciano Soares Santana, nº 641, bairro Santo Antônio, na cidade de Sete Lagoas em Minas Gerais. A instituição em questão atende a aproximadamente 600 (seiscentos) alunos, oferecendo Educação Básica 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Com clientela composta de famílias de baixa renda e que segundo o censo escolar 2018, muitos educandos são atendidos pelos programas Bolsa Escola e Bolsa Família do Governo Federal.

Escolheu-se realizar essa pesquisa no 2º Período da Educação Infantil, porque é uma turma heterogênea composta de 22 alunos (9 meninas e 13 meninos), tendo faixa etária de cinco anos e após uma observação não

participante foi percebido boa aceitação dos colegas independente das diferenças físicas ou sociais existentes.

A professora regente aceitou participar desse trabalho, pois segundo ela era de seu interesse deixar essa experiência positiva em prol do desenvolvimento dos alunos e do trabalho proposto nesta pesquisa, deixando claro que por ser negra e oriunda de uma família de baixa renda sabe o quanto o espaço escolar pode ser castrador de sonhos e discriminador. A profissional em questão é efetiva na rede pública de Sete Lagoas há vinte e sete anos. Possui formação acadêmica em Pedagogia e Magistério Superior com pós graduação em Supervisão Escolar e Inspeção, Neuropsicopedagogia, Alfabetização e Letramento.

2.2 Intervenção etnográfica e coleta de dados

Inicialmente realizou-se a observação não participante da sala de aula, por 20 dias no mês de novembro. Essa postura foi necessária para conhecimento da estrutura da sala de aula e observação de como eram as relações de convivência entre os diferentes grupos etnográficos e sociais existentes. Isso, para melhor compreender a manifestação do problema e relacionar as ações, os comportamentos e as interações das pessoas envolvidas com a problemática da situação, utilizou-se das seguintes técnicas para a realização da coleta de dados: observação de do trabalho desempenhado pelas professoras dessa escola em sala de aula; observação de situações do cotidiano escolar; observação do comportamento das crianças nas salas de aula e recreios; conversas espontâneas; fotografias das situações vivenciadas no âmbito escolar e acompanhamento de um projeto, que se fizerem relevantes na observação das estratégias aplicadas pelas professoras em relação à temática pesquisada.

Observou-se que os alunos em geral tinham uma postura disciplinada mantendo uma atitude de atenção e concentração na realização das tarefas de aula. Isso devido à organização, empatia e autoridade da professora em mediar às atividades. Contudo, como qualquer criança nesta faixa etária percebia-se questões de ciúme e pequenos atritos para serem os primeiros da fila ou ajudantes do dia. Neste ponto a professora mediava os conflitos mesmo pequenos, de modo a lembrar a todos os combinados de boa convivência em sala de aula.

Após a leitura do perfil diagnóstico traçado passou-se a etapa de integração com a turma. Num trabalho interdisciplinar foi estudado o planejamento pedagógico da professora regente que abrangia atividades de desenvolvimento da linguagem oral, escrita, do raciocínio lógico matemático, além de conhecimentos da atualidade da comunidade e do mundo.

Através desse foram propostos trabalhos, realizados de forma interdisciplinar de interação lúdica. Atividades variadas envolvendo a proposta de trabalho Consciência negra foram aplicadas, tais como: contação de história (Bonequinha Preta e Menina Bonita do Laço de fita), exploração dessas histórias com atividades manuais de artes envolvendo pintura e colagem com sementes e materiais variados. A seguir realizou-se a observação participante onde foi explicada para os alunos a proposta da construção da bonequinha de retalhos Abayomi (Boneca negra de origem Iorubá, símbolo de resistência, que significa encontro precioso, aquela que trás felicidade ou alegria). Através de uma conversa informal sobre o tema foi possível incentivar os alunos a terem resistência a tudo que não lhes trazem felicidade e alegria como ações de discriminação, preconceito e *bullying*. Nesta oportunidade pôde-se analisar desenhos realizados pelos alunos referentes as histórias contadas. Com auxílio da professora, após a contação de história da boneca Abayomi, os alunos cada um construiu sua boneca com pequenos pedaços de retalho. Após confecção cada um presenteou o colega com sua obra.

Realizou-se também entrevista oral com a professora regente antes e depois das atividades para o desenvolvimento das atividades em prol do fortalecimento da Consciência negra. Isso ocorreu em um momento extra horário de aula. Ela respondeu todos os questionamentos sem demonstrar insegurança e com muita sinceridade. Os alunos também responderam oralmente o que acharam das atividades e da confecção do brinquedo.

Ambos os instrumentos tiveram o perfil diagnóstico para a realização do trabalho e avaliação do mesmo. Inserir essas mídias na escola é torná-la espaço sociocultural e entender a força da ação de vários sujeitos sociais e históricos no seu interior. Implica compreendê-la no seu dia a dia como local onde os alunos não sejam passivos diante do processo ensino-aprendizagem, mas sim participantes ativos na construção de seu conhecimento.

Para que isso aconteça é preciso que a escola se reestruture, rejeitando a homogeneização do ensino que se caracteriza pela preocupação de garantir a todos o acesso ao conjunto de conhecimento acumulado pela sociedade e que nada mais é que um currículo estruturado que não expressa a principal voz do processo ensino aprendizagem: a voz do aluno.

A escola deve negar o ensino na modalidade de transmissão de conhecimentos acumulados e o aprender como assimilação automática onde o conhecimento é um produto sem significado. A proposta de trabalho, mesmo com o direcionamento do aluno em sua realização, trás a tona a possibilidade do poder de escolha de cada um.

As atividades propostas implicam o entendimento que é preciso respeitar a diversidade cultural dos sujeitos no espaço escolar que trazem experiências (cognitivas, afetivas e sociais) riquíssimas e profundas por serem seres únicos pertencentes a diferentes contextos e, portanto, de uma historicidade. A escola precisa aproveitar a bagagem de cada aluno compreendendo-o em sua diferença como matéria-prima para a realização de atividades significativas no seu processo de aprendizagem.

Cabe ao educador disposição para auxiliar aos alunos na conquista do prazer em estudar. Educar neste aspecto, mais que ensinar, é ter criatividade e flexibilidade, empatia pelos alunos.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Antecedentes históricos

3.1.1 Racismo no Brasil

Na abordagem sobre o combate ao preconceito racial e à discriminação no Brasil, faz-se necessário discorrer sobre a história do negro nesse país. Dessa forma, o histórico sobre a questão do racismo é de fundamental relevância, uma vez que, sem ele, não teria a compreensão dessa temática que, ainda hoje, constitui-se um problema do social brasileiro iniciado com a escravidão no país.

A prática da escravidão, segundo Munanga e Gomes (2006), constitui uma prática antiga na história da humanidade e não foi inventada a partir da deportação e escravização de africanos em outros continentes. Os textos bíblicos falam da escravidão dos povos que trabalhavam nos rebanhos dos faraós em Israel, no Egito. Também há testemunhos dessa prática escravista nas civilizações egípcias, romana e grega e de que alguns dos monumentos gigantescos existentes até os dias atuais nessas civilizações foram construídos em parte com o trabalho escravo.

Ainda segundo os autores, em algumas versões da história, o tráfico humano e o sistema de escravidão já existiam na África; porém, os africanos não se sentem à vontade para falar sobre esse assunto, por que se sentem acusados de terem sido corresponsáveis pelo tráfico de seus próprios povos.

Nesse contexto, os portugueses iniciaram o comércio de escravos no século XVI, aprisionando negros na África com o objetivo de enfraquecer as grandes trocas comerciais do país e dominar o mercado através da conquista e exploração de povos. A escravidão na África era muito diferente da que ocorreu no Brasil, pois:

Simbolizava uma reação cultural diante do inimigo vencido e não um meio de exploração econômica do homem. O destino do escravo não era tão trágico: geralmente, ele acabava absorvido pela família a quem prestava serviço, (CHIAVENATO, 1999, p. 26).

Entretanto, quando os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, tentaram escravizar os índios que aqui encontraram, privando-os de todos os seus direitos sobre a terra de seus ancestrais e de seus direitos humanos, transformando-os em força animal de trabalho e obrigando-os a trabalharem gratuitamente, sem nenhum tipo de remuneração. Mas, como os índios se encontravam em territórios que eles conheciam melhor que ninguém tentaram resistir à escravidão, escondendo-se nas áreas das matas virgens de difícil acesso aos portugueses, que os perseguiram e os caçavam com armas de fogo e cães treinados.

A resistência dos indígenas ao processo de escravismo teve duas consequências: a sua massiva exterminação e a busca dos africanos que aqui foram trazidos para serem escravizados. A desistência dos portugueses de escravizar os índios também se deu frente às pressões dos seus concorrentes e parceiros comerciais, visto que os ingleses davam os negros escravizados como pagamento das mercadorias que recebiam da colônia portuguesa- Brasil.

Assim, abriu-se caminho ao tráfico negreiro que trouxe para o Brasil milhões de africanos que aqui foram escravizados para fornecer a força de trabalho necessária ao desenvolvimento da colônia. (MUNANGA; GOMES: 2006, p.16).

Assim, quando Tomé de Souza desembarcou na Bahia em 1549, trouxe com ele os primeiros escravos brasileiros. Porém, foi em 1600 que grandes carregamentos ingleses de negros escravizados chegaram ao Brasil para serem utilizados como mão-de-obra.

Desde a captura na África, os negros passaram por diversos sofrimentos nos navios negreiros, sendo vítimas de desumanidades geradas pela escravidão: morriam de peste, fome e surras. As condições de higiene e alimentação nesses navios eram precárias, e era fácil os africanos contraírem moléstias que logo se tornavam epidemias. Segundo Chiavenato (1999), os negros viajavam sentados ou deitados em cima de fezes, urina e vômitos durante vários dias e a falta de comida fresca trazia o escorbuto, que atingia também os marinheiros. Quem contraía esse tipo de doença era jogado ainda vivo no mar para não contaminar o restante da “carga”.

Também, segundo Munanga e Gomes (2006), ao embarcarem no navio negreiro, os africanos eram batizados pelos traficantes de escravos com outros nomes. Assim, ao lado do nome africano, passava a ter um nome português, para lembra-los de sua nova condição: escravo (a).

Quando aqui chegavam, acontecia a separação de muitas famílias, pois pais, mães e filhos eram vistos como “peças” a serem comercializadas, o que denuncia o processo desumanizador feito na época colonial. O valor do negro era medido pelo seu aspecto físico: músculos, idade, dentes, sexo e saúde. Dessa forma, era comum dois negros mais idosos ou duas crianças de 4 a 8 anos valerem uma peça única peça.

No sistema de trabalho escravocrata, nas fazendas brasileiras, os africanos perdiam contato com seus costumes e cultura; eram privados até mesmo de falar seu idioma e seus valores foram se perdendo, porque não tinham condições práticas de sobrevivência num meio tão hostil.

Os escravos perdiam tudo, até o meio de comunicação mais elementar. Essa desestruturação constituía, um método de dominação, anulando, nos negros trazidos da África, a possibilidade de organização imediata. Como a vida útil do negro era curta, ele já estava aniquilado quando começava a se recuperar. E por ser tão violentamente usurpado de sua cultura, por não ter com quem trocar informações e por não entender o português, era estigmatizado como “boçal” pelo racismo escravista. (CHIAVENATO, 1999, p.46).

Ainda segundo Chiavenato (1999), essas péssimas condições de trabalho provocaram uma vida infra-humana, pois os escravos eram coletivamente animalizados, individualizados e agredidos pelo sadismo que camuflava na ideologia escravista. Nesse contexto, seguiram-se anos de sofrimento e opressão, inferiorizando a classe dos negros através de estereótipos, preconceitos e ações discriminatórias que desencadearam o racismo.

Após muitos anos, algumas leis restritivas ao tráfico de escravos começaram a surgir no intuito de preparar o fim do escravismo. Essa nova etapa foi ocasionada pela alta nos preços dos negros escravizados que endividaram os fazendeiros submetidos a juros extorsivos por traficantes e agiotas, já que a compra dos africanos se dava a crédito: pagamento de três a quatro anos. Porém, a vida útil de um escravo era curta e se agravava pelo estado de desgraça a que os reduziam aos maus tratos da viagem da África para o Brasil, a mudança de clima e de alimentos. Eles morriam, mas as dívidas ficavam e, e conseqüentemente, os terrenos hipotecados, aos especuladores. E, assim, devido a fortes pressões de países estrangeiros que haviam colocado fim ao escravismo, no dia 13 de maio em 1888, após muitas negociações, pôs-se fim ao período escravocrata no Brasil e os negros foram libertados e abandonados pelos seus antigos donos e pelo Estado à sua própria sorte.

A chamada Lei Áurea não buscou estabelecer nenhuma determinação no sentido de inserir a grande massa de negros e seus descendentes na nova ordem político-econômica, pois, segundo Cavalleiro (2000), a libertação dos escravos só tornou os africanos iguais ao homem branco perante a lei. “Livres”, sem escolaridade e sem poder econômico, a inserção do negro na ordem social o

colocou como subcidadão, malandro perigoso para a moralidade pública no que se refere aos demais grupos étnicos brasileiros, havendo, assim, uma segregação social e econômica. Desse modo, sem terra e sem rumo, a alternativa que restou aos “libertos” foi a de começarem a ocupar espaços envoltos às vilas que existiam na época, formando os cortiços. São as favelas que, atualmente, abrigam pessoas pobres de diversas etnias, mas, principalmente, os negros.

A partir da sociedade escravocrata e da crença da superioridade do homem branco, nasceu uma ideologia que desfigurou a crítica social e deixou vícios culturais: preconceito, discriminação, estereótipos, racismo, que ainda hoje justificam o sofrimento de muitos negros. Mesmos os defensores dos descendentes dos escravos passaram a acreditar na inferioridade desse povo e não do sistema escravista. (CHIAVENATO, 1999, p. 7).

Ainda na tentativa de justificar o racismo, houve uma forte colaboração da igreja Católica, de cientistas, filósofos e protestantes afirmando em sermões e livros que Deus e a natureza determinaram a inferioridade racial, que o destinaria “naturalmente” ao trabalho escravo. A imagem degradada do negro servia para legitimar a escravidão e justificar a difusão de preconceitos.

Além do que já foi supracitado, a falta de informações e a existência de inúmeros mitos e estereótipos sobre a África também contribuíram bastante para disseminar o racismo e a discriminação para seus descendentes. A África não é um país e sim um continente – o segundo maior continente do mundo. É vista por alguns brasileiros como um país (e não um continente) violento, perigoso, constituído por matas e florestas que habitam selvagens, e muitos ainda creem que todos os africanos são negros e pobres e que não existe vida urbana no continente. Segundo Evaristo (2006), o desconhecimento das produções literárias, acadêmicas, científicas, tecnológicas e filosóficas dos países que constituem o continente africano juntamente com a falta de informações sobre a diversidade ambiental deste e a ausência de informações sobre a população, que é composta por pessoas de diversas estaturas, estrutura corporal variada, cor de pele em tonalidades diversas com centenas de línguas e culturas distintas veio a estimular ainda mais os estereótipos sobre a África e, conseqüentemente, o preconceito racial em relação a essa população e seus descendentes.

Ainda segundo a autora, “alguns jornais, documentários, desenhos, filmes e reportagens apresentam frequentemente uma visão negativa da África”.

(EVARISTO, 2006, p. 12). Muito do que se conhece do continente africano chega pelos meios de comunicação de massa: filmes como os de Tarzan, no cinema e na televisão, trazem imagens distorcidas do povo africano, de suas tradições e sabedoria.

Outro fator que também serviu de base para o racismo, o preconceito e discriminação dos negros no Brasil é a crença da passividade do africano escravizado, da sua apatia, preguiça e conformismo diante da escravidão. Isso constitui um equívoco histórico que interferiu e, ainda hoje, interfere no imaginário construído na sociedade brasileira a respeito dos africanos e de seus descendentes na atualidade.

Durante muitos anos, no Brasil, acreditou-se que o africano escravizado sofreu de maneira passiva a todos os maus-tratos praticados pelos seus senhores. Para Munanga e Gomes (2006), alguns fatores contribuíram e ainda contribuem para que tal equívoco persista na sociedade brasileira. Dentre vários, os autores destacam:

- a) a existência do racismo na sociedade, produzindo e disseminando uma visão negativa sobre o negro, através de piadas e associação entre o negro e criminalidade, negro e pobreza, negro e sujeira, etc;
- b) o desconhecimento dos processos de luta e organização dos africanos escravizados e dos seus descendentes durante o regime escravista;
- c) a falta de divulgação de pesquisas e livros que recontam a história do negro brasileiro, destacando-o como sujeito ativo e não como vítima da escravidão;
- d) a crença de que no Brasil não há racismo e que os diferentes grupos

étnico-raciais viveram uma situação mais branda de exploração e escravidão quando comparados com a realidade de outros países.

Passando pela história do negro no Brasil, é possível perceber que esta não significou passividade e indolência, mas sim, luta e organização. Entretanto, para se entender as estratégias e as formas de luta que foram criadas, se faz necessário considerar o momento histórico em que não previa nenhum tipo de interação e inserção social tanto para os escravizados quanto para os libertos na sociedade dos homens brancos.

Desse modo, várias foram as formas de resistências dos negros durante o regime escravocrata, podendo-se destacar:

a) insubmissão às regras do trabalho nas plantações e roças onde trabalhavam – os escravos eram obrigados a trabalhar sem cessar, num ritmo cada vez mais concentrado e sem nenhum tipo de remuneração, mas isso, não significava tampouco que a obediência e a resignação prevaleciam por parte dos escravizados, que reivindicavam o cumprimento daquilo que percebiam como obrigações senhoriais: ritmo de trabalho próprio, diminuição de castigos corporais, direito à folga semanal, algum tipo de remuneração e alimentação e vestuário;

b) abandonado das fazendas pelos escravos e os movimentos espontâneos

de terras disponíveis – ao abandonarem as fazendas onde eram mantidos escravizados, os africanos organizavam movimentos para ocupação de terras disponíveis.

c) revoltas – as reações coletivas sempre estiveram presentes na repulsa à escravidão no Brasil. Guerrilhas, um forte movimento de resistência e várias revoltas tiveram a presença negra como personagem central;

d) fugas – constituíam uma forma de resistência de importantes repercussões que se tornavam cada vez mais frequente e representavam um instrumento para questionar e abalar a estrutura de regime escravista;

e) lutas – durante toda a existência do sistema escravocrata, os escravizados organizaram-se de diferentes modos e lutaram para colocar fim a esse regime desumano e cruel. A população negra sempre utilizou o corpo como instrumento de resistência e agente emancipador da escravidão;

f) assassinatos de senhores e de sua família – a relação entre os senhores e escravizados não eram harmoniosas, e sim permeadas por constantes tensões, muitas ações violentas que desafiavam a tranquilidade pública e espalhavam o pânico entre os senhores das fazendas e de suas famílias;

g) abortos – antes da Lei do Ventre livre – as crianças filhos dos negros e negras que nasciam durante o regime de escravidão, também se tornavam escravos – podendo seus senhores, dispor deles da forma que bem entendesse. Na época em que o preço dos escravos estava baixo, não eram econômico criarem os filhos das negras, sabendo do triste destino de seus filhos, abortavam antes de serem descobertas ou preferiam sacrificar elas próprias os bebês;

h) organizações religiosas – a deportação dos africanos e a imposição à estrutura escravocrata provocaram um processo de ressignificação místico-religiosa, uma vez que as religiões africanas eram consideradas ilegais e casos de polícia, que os obrigavam a praticarem sua religião às escondidas, na ilegalidade. Entretanto, as práticas e organizações religiosas desse povo traziam para os libertos e escravizados a perspectiva de liberdade, uma forma de resistência;

i) quilombos – constituíram uma estratégia de reação à escravidão, construída pelos africanos para se oporem à estrutura escravocrata, através de uma outra forma de vida, de experiências coletivas e de uma outra organização política na qual se encontravam todos os tipos de oprimidos.

O maior de todos os quilombos foi o Palmares, em Alagoas, que não era quase um, mas uma série de doze ou mais quilombos, organizados em reinos, onde se desenvolveu uma dinâmica de troca, de trabalho e de estrutura social que revivia a organização social de antigos reinos africanos. O Quilombo de palmares durou um século e calcula-se que havia ali entre 20 e 30 mil pessoas que, com muita coragem e luta, enfrentaram tempos de guerra e de paz.

Mediante essas formas de resistências acima mencionadas, ressalta-se que, diante da opressão escravista, os negros não aceitaram passivamente a condição escrava e lutaram com as armas que estavam ao seu alcance. É fundamental compreender que as atitudes em meio a tantos castigos e humilhações, naquele momento, estavam relacionadas ao regime que lhes era imposto e ao tratamento recebido pela sociedade escravocrata.

Por mais humilhante que tenha sido o sistema de escravidão, ele não conseguiu tirar a humanidade dessas pessoas e, por isso, é preciso deixar de ver o negro que viveu sob regime de escravidão como “naturalmente escravo”, como alguém que nasceu para servir. “O que aconteceu é que a ele foi imposto o regime de escravidão que obrigou a viver durante séculos sob a condição de escravo. E isso faz toda a diferença”! (MUNANGA; GOMES, 2006, p.70).

3.1.2 Mito da Democracia Racial

A sociedade brasileira crê ser democrática. Todavia, após mais de 508 anos de história, apesar de todas as mudanças ocorridas na sociedade atual, ainda se tem contradições absurdas no que se refere à igualdade racial. A população

afrodescendente sofre de um problema sério que merece atenção e medidas eficientes de eliminação: racismo, preconceito e discriminação racial.

Para se falar da situação vivida pela população negra, bem como discutir sobre a questão racial na sociedade brasileira, faz-se necessário utilizar várias expressões e conceitos que foram construídos ao longo das relações entre negros, brancos e outros grupos étnicos que vivem no Brasil. Termos complexos fazem parte do cotidiano brasileiro: racismo, discriminação racial, raça e etnia e muitas vezes eles são apropriados para emitir opiniões, mas, nem sempre, sabe-se o significado desses termos e conceitos.

O conceito de raça somente deve ser aplicado às populações, e não a um único indivíduo; e só se pode chegar a ele – conceito – através de uma análise estatística comparativa, envolvendo os caracteres genotipicamente determinados, que diferem as populações. Segundo Munanga e Gomes (2006), o termo possui os mais diversos significados, podendo ser atribuído para nomear, identificar ou falar sobre pessoas negras ou sobre o segmento negro da população.

O movimento negro usa o termo “raça” voltado para um significado social e político, para relacioná-lo ao reconhecimento da diferença entre os grupos humanos, sem atribuir qualidades positivas ou negativas ao reconhecimento da condição, das origens ancestrais e identidades próprias de cada um deles, ou seja, o termo é utilizado no que diz respeito à história da população negra no Brasil e à complexa relação entre raça, racismo, preconceito e discriminação racial.

Muitas pessoas, na atualidade, evitam utilizar esse conceito ou utilizam-no para dizer que todos pertencem a uma única raça – a “raça humana”. O movimento Negro e outros intelectuais ainda utilizam o termo para falar a realidade do negro brasileiro devido à forma como o conceito raça é utilizado no Brasil, pois eles entendem a importância do uso de outros termos para falar do pertencimento racial do brasileiro como o termo “etnia”, mas colocam que no caso dos negros brasileiros, substituir o termo “raça” por “etnia” não resolve, na prática, o racismo aqui existente e nem altera totalmente a compreensão do que é racismo no país. Assim:

É preciso, portanto, saber em que situação, por que, para que e por quem está sendo atualizado o conceito raça, para distinguir seu significado. Temos que distinguir se a conotação empregada lhe atribui um caráter negativo e racista, ou se está sendo atribuído um caráter positivo para a

compreensão da história e o reconhecimento da presença do negro em nossa sociedade. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 176).

Por rejeição do uso do conceito de raça por muitos intelectuais e educadores, o termo “etnia” também é empregado para se referir ao segmento negro da população brasileira, por acreditarem que é um termo mais adequado, que não carrega o sentido biológico, colaborando para a superação da ideia de que a humanidade se divide em raças superiores e inferiores. Dessa forma, o termo é utilizado para substituir o termo raça que era usado de forma abusiva, já que não existem raças de seres humanos e sim pessoas de características, processos históricos e culturais diferentes.

Dessa forma, “etnia” é usada principalmente no meio acadêmico para referir ao pertencimento ancestral e étnico-racial dos negros e outros grupos no país. Para compreender melhor a relação entre raça e etnia alguns estudiosos adotam a expressão “étnico-racial” – usada para se referir ao segmento negro da população brasileira, quanto aos aspectos relacionados à linguagem, tradições, ancestralidade, como também para os aspectos voltados para as características físicas visivelmente observáveis, como a cor da pele e tipo de cabelo. É importante considerar ambos em conjunto e não separadamente.

No Brasil, a história de lutas e conflitos no período colonial, além de envolver a formação de classes sociais, também propiciou a questão do racismo que, de acordo com Cunha Junior (1997), é uma prática que reproduz falsos valores e verdades na consciência social acerca de determinado grupo e, especialmente, da exclusão dos negros. Foi através da exploração do trabalho escravo e, hoje, na marginalidade social, que se originou o racismo brasileiro. Tal atitude pode ser percebida quando se projeta no mulato a ideia de “progressão social”, à medida que ele embranquece, reforçando o preconceito, mascarando como uma aparente

“democracia racial”. De acordo com Chiavenato (1999, p.118):

Os negros sobem na escala social quando se casam com mulatos, e os mulatos tomam status de branco ao se infiltrarem nas famílias brancas: é a fórmula mágica criada pelo sistema e que serve para condicionar politicamente os negros.

Na forma individual, o racismo se manifesta por via de atos discriminatórios cometidos de um sujeito contra o outro, podendo até atingir extremos níveis de violência, agressões e assassinatos. Munanga e Gomes (2006) dizem que no Brasil esse tipo de racismo também implica práticas discriminatórias praticadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto.

Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se também, nos livros didáticos, tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história do povo negro no Brasil. Manifestam-se ainda nos meios de comunicação de massa (propagandas, publicidade, novelas), que insistem em retratar o negro e outros grupos étnico/raciais, que vivem uma história de discriminação, de maneira indevida e equivocada. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 180).

Ainda segundo Munanga e Gomes (2006), o racismo no Brasil se manifesta um modo muito diferente de outros contextos, sendo alicerçado numa constante contradição: pesquisa, histórias de vida, conversas e vivências cotidianas revelam que ainda há no racismo no país, mas a população brasileira, de um modo geral, não aceita que tal realidade exista. Assim, quanto mais o poder público, a escola e a sociedade negam a lamentável existência desse comportamento discriminatório, mais ele se propaga e difunde as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais e educacionais dos negros.

A exclusão moral pode acontecer de forma mais branda, como a discriminação. Esta se refere a um tipo de tratamento diferente, principalmente naquelas sociedades e que se enfatiza a igualdade, não obedecida pelas mesmas. No Brasil, por exemplo, são crescentes os casos de negros que se sentem discriminados e fazem denúncias contra esse tipo de tratamento.

Segundo o dicionário Aurélio (1998), a palavra “discriminar” significa distinguir, discernir, diferenciar. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a base ou efetivação do preconceito. A discriminação racial pode apresentar semelhanças com o preconceito, por ambas partirem de ideias, sentimentos e atitudes negativas de um grupo em detrimento de outro. Porém, existe uma diferença significativa entre eles: a ação – a discriminação implica sempre em uma ação de um indivíduo ou grupos de pessoas contra outro indivíduo ou grupos de pessoas.

Já o preconceito racial é um julgamento negativo e prévio de um determinado grupo que ocupa um significativo papel social. Esse pré-julgamento apresenta como característica essencial a inflexibilidade e tende a ser mantido sem levar em consideração os fatos que o contestem, ou seja, trata-se de um conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior preocupação ou conhecimento dos fatos. É aprendido socialmente, no convívio com outras pessoas, durante a longa trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança, escola, círculo de amizades, igrejas e também no trabalho.

Para Munanga e Gomes (2006), a perpetuação do preconceito racial no Brasil revela a existência de um sistema social racista que possui mecanismos para produzir as desigualdades sociais dentro da sociedade. Por isso, faz-se necessário discutir a superação do preconceito, juntamente com as formas de superação do racismo e da discriminação racial, uma vez que esses três processos se realimentam mutuamente.

De acordo com Fazzi (2006), a discussão em torno das relações raciais no Brasil perpassa por duas interpretações opostas: uma que afirma e valoriza a convivência harmoniosa entre pessoas de diferentes etnias, que expressa a democracia racial e ausência de segregação racial; e outra que ressalta a persistente desigualdade racial da sociedade brasileira, a existência de mecanismos sociais e discriminatórios, embora sutis.

A autora afirma ainda que a aparência é uma característica mais importante do que a origem do indivíduo, na formação do preconceito racial brasileiro. Isso sugere que a miscigenação contribuiu para diminuir o preconceito racial, contudo, não foi o suficiente para extingui-lo. O mito da democracia racial impediu, por muito tempo, discussões abertas sobre o preconceito, que se explicita basicamente através de gozações, e xingamentos frequentes em brigas, onde são usados os estereótipos relacionados à aparência. Nesse sentido, o preconceito proporciona a interiorização pela criança negra do conceito de inferioridade.

No Brasil, a pauta antirracista se concentrou até na luta contra a segregação e a discriminação racial, objetivando uma igualdade entre negros e brancos. Isso passou a sugerir, além da ausência de conflitos raciais explícitos, uma suposta “democracia racial”, que, para Cavalleiro (2000), é um elemento complicador na situação do negro, uma vez que serve para encobrir as práticas racistas e produzir um certo “alívio” na sociedade, culpando apenas os negros pela situação precária

em que se encontram e a falta de vontade de conseguir uma melhor condições de vida.

As práticas discriminatórias acontecem muitas vezes de maneira camuflada e muitas pessoas que dizem não ser preconceituosas, calam-se diante da questão racial, isto é, tentam esconder ou simplesmente negam atos discriminatórios.

Enfatizando a igualdade entre os indivíduos. É nesse contexto de “igualdade de oportunidades”, que se torna mais difícil o combate ao racismo.

Essa falsa ideia de democracia racial tem acarretado um enorme abismo racial brasileiro, já comprovado por pesquisas e estatísticas que mostram a existência de uma grande desigualdade racial no país. Desigualdade essa, fruto de uma estrutura racista, somada à exclusão social e desigualdade socioeconômica, que atinge todos os brasileiros e, de modo particular, os negros.

3.2 Marcos legais

Apesar de, atualmente, as organizações política e social terem mudado, muitas pessoas ainda acreditam que a questão racial seja tão somente um assunto de polícia e não de políticas públicas. Isso constitui um terrível equívoco que não foi construído nos dias atuais, mas sim, num contexto vivenciado nos tempos em que o país se encontrava sob o regime da escravidão, quando a ação da polícia teve um papel de destaque em tentar enfrentar a reação escrava, à medida que os senhores se viam cada vez mais impotentes para combater os movimentos e revoltas que surgiam.

Dessa forma, é possível perceber que alguns movimentos, leis, políticas públicas, ações afirmativas e também algumas pessoas lutaram e ainda hoje vêm lutando no que tange à eliminação ou minimização do racismo, da discriminação e do preconceito racial.

3.2.1 Leis Antirracismo Elaboradas no Período Escravocrata

Durante o período escravocrata, algumas leis foram elaboradas no sentido de amenizar a situação desumana dos negros escravizados no Brasil.

- a) Lei Eusébio de Queiroz – sancionada em 1850, tinha como objetivo a extinção do tráfico negreiro no Brasil;
- b) Lei do Ventre Livre – entrou em vigor em 28 de setembro de 1871,

estabelecendo que todos os filhos da negra/escrava seriam considerados “livres”.

Os senhores deveriam cria-los até os 8 anos, entregando-os depois ao governo e recebendo uma indenização;

c) Lei Sexagenária – criada em 1885 ficou que os escravos com mais de 60

anos o escravo já sofrera tantos maus-tratos que, “não prestava mais para nada”;

d) Lei Áurea – a Lei nº 3353, de maio de 1888, declarou extinta a escravidão no Brasil. A princesa Isabel concordou com o fim do escravismo que já existia de fato, só faltando legalizá-lo.

A Lei Áurea libertou cerca de 736 mil escravos. Já não havia uma massa escrava lutando pela liberdade – o abolicionismo constitui um debate político e não uma luta social. Pois, como diz Chiavenato (1999), acabaram-se os escravos; restaram os negros.

Se algumas dessas leis acima mencionadas pouco representaram, aconteceram fatos políticos de grandes significados, como a campanha abolicionista em que até o Exército, que estava a serviço do poder, agia a favor dessa causa. Diante desse contexto, nada pode impedir a legalização de milhares de escravos fugidos.

3.2.2 A Constituição e Leis Elaboradas para Combater o Racismo, Preconceito e Discriminação Racial

No Brasil, não se convive com uma discriminação oficial, inscrita na lei, uma vez que a Constituição do país não permite que nenhum indivíduo seja excluído por seu sexo, religião, etnia ou cor. Entretanto, o que se pode perceber, como já foi discriminação de maneira informal e velada e, por isso, faz-se necessário existir uma legislação que proteja os direitos humanos, prevendo punição para a prática da discriminação racial e do racismo.

Diante desse cenário, a tentativa de tirar a população negra brasileira da marginalização teve início quase um século depois da abolição. Durante todo esse período, o país conviveu com o mito da democracia racial. Entretanto, o que consta na sociedade brasileira é o conflito racial aberto e velado.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 foi mais contundente e criminalizou os atos de racismo, assegurando a igualdade como direito de todos, sem distinção de qualquer natureza, violando flagrantemente os preceitos

constitucionais e a proibição da prática do racismo no art. 5º e seus incisos X e XLII.

Dessa forma, atitudes, posturas, condutas e comportamentos de discriminação racial constituem atos ilegais e inconstitucionais. Toda e qualquer conduta discriminatória e preconceituosa fundamentada em motivo étnico-racial ou calculada na cor da pele das pessoas devem de ser coagida pelas autoridades de modo a aplicar normas repressivas que visam à eliminação de todas as formas de discriminação racial.

A Constituição de 1988 representou um verdadeiro marco no tratamento político-jurídico da temática racial como reflexo, inclusive, do crescimento da atuação do Movimento Negro e da elaboração da legislação federal, estadual e municipal antirracista e de outros mecanismos e documentos internacionais de proteção aos direitos humanos como: Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos assinadas pelo Brasil em 1945; Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio assinada em 1951; e a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação racial assinada em 1968.

Diante da Constituição, foi elaborada a Lei Ordinária nº 7716/89 (Crime de Racismo) – de 05 de janeiro de 1989 – que ficou conhecida como a Lei de Caó. As reivindicações dos movimentos sociais e do movimento negro encontraram eco na voz do Deputado Federal Carlos Alberto de Oliveira Caó, que, como membro da Assembleia Nacional Constituinte, apresentou uma emenda que fala apenas em raça e cor. Essa lei pune expressamente o preconceito de raça e cor.

Em seguida, a lei de Paulo Paim, também conhecida como Lei Paim ou lei contra a tortura – Lei nº 9459/97, de 13 de maio de 1997 – veio a aprimorar e complementar a Lei anterior nº 7716/89, definindo os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e acrescentando do Art. 140 do Código Penal, o parágrafo 3º (Injúria Discriminatória), dizendo que, quem injuriar com expressões concernentes à raça, cor, etnia, religião ou origem estará sujeito a pena de um a três anos de reclusão, sendo que, quem for alvo desses crimes deverá ter no mínimo duas testemunhas.

Além dessas leis já mencionadas, existem ainda, outros documentos legais, como:

- a) Lei 10.639/03 – que altera a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases

de Educação Nacional), incluindo mais três artigos que coloca a obrigatoriedade da inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares dos estabelecimentos públicos e particulares da Educação Básica;

b) O parecer 03/2204, de 10 de março de 2004, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovando o projeto de resolução das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

c) A resolução de nº 01 de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

3.2.3 Ações Afirmativas

Segundo Munanga e Gomes (2006), as ações afirmativas são políticas de combate ao racismo e à discriminação racial, através da promoção ativa da igualdade de oportunidade para todos, proporcionando meios para que as pessoas discriminadas possam competir nas mesmas condições de igualdade. Possuem um caráter emergencial e transitório. Assim, sua continuidade dependerá sempre de avaliação contínua e da comprovada mudança do quadro de discriminação que as originou.

Essas ações podem ser estabelecidas na educação, saúde, cargos políticos, mercado de trabalho e outros locais em que a discriminação a ser superada é mais latente e que precisam de políticas públicas, visando corrigir os efeitos presentes na segregação praticada no passado e remover as barreiras impostas às vítimas de tal ato, sejam elas explícitas ou camufladas, e também a prevenção da ocorrência da discriminação.

Munanga e Gomes (2006) colocam que o objetivo das ações afirmativas é superar as desvantagens e desigualdades que atingem os grupos discriminados historicamente na sociedade brasileira e promover a igualdade entre os diferentes. Esse fato poderá acontecer em várias modalidades: bolsas de estudos, reservas de vagas (cotas) nas universidades, estímulos fiscais para empresas que comprovem políticas internas para a incorporação de negros, mulheres e portadores de necessidades especiais nos cargos de direção e chefia.

Tais ações constituem uma possibilidade de superar o abismo que separa brancos e negros na sociedade brasileira, beneficiando, dessa forma, a população que vive excluída de alguns direitos básicos como: saúde, emprego e educação. Para solucionar as consequências danosas do racismo no Brasil, as políticas públicas precisam lutar contra um grande mito enraizado no imaginário do brasileiro: a democracia racial que faz as pessoas acreditarem que os brancos e negros gozam das mesmas oportunidades.

Assim, é preciso implementar políticas sociais de caráter mais abrangente e específico, ações afirmativas voltadas para os negros, pois, caso contrário, a sociedade brasileira continuará acreditando na mentira pregada pelo mito da democracia racial e a população negra continuará vivendo diariamente situações de racismo e discriminação racial, mesmo que a constituição do país condene a prática do racismo como crime inafiançável.

3.2.4 Cotas Raciais

A discriminação e o preconceito, assim como efeitos, podem ser combatidos de duas maneiras básicas: a primeira é através da legislação Penal, ou seja, através da criação de leis que punam os atos discriminatórios, e a segunda opção é através da promoção de igualdades de oportunidades ou ações afirmativas, na qual se incluem as cotas raciais.

Segundo Munanga e Gomes (2006), as cotas sociais são a prática de estabelecer uma proporção ou número de vagas para estudantes ou instituições educativas e para trabalhadores no mercado de trabalho a partir de critérios sociais. Representam uma estratégia de ação afirmativa, ao serem implantadas, revelam a existência de um processo histórico e estrutural de discriminação que arrasa determinados grupos étnico-raciais da sociedade.

Talvez, por isso, elas incomodem tanto a sociedade brasileira, uma vez que desvelam a crença de que somos uma “democracia racial” (que todas as raças e etnias convivem harmoniosamente e participam democraticamente de todas as oportunidades sociais em nosso país) e que resolvermos a questão socioeconômica, resolveremos a racial (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 192).

Diante desse contexto, algumas universidades públicas brasileiras já se mobilizaram e, aos poucos, vêm adotando formas diversas de democratização do

acesso e da permanência de negros no ensino no ensino superior e atualmente já representam uma realidade nesse setor da educação e tem desencadeado outras discussões envolvendo políticas sociais, levando em consideração medidas de ações afirmativas que também contemplem questões raciais e de gênero, através da garantia de direitos e sobre a construção de oportunidades iguais para todos, respeitando as diferenças.

Pode-se dizer, então, que a sociedade brasileira vive um momento impar na construção de políticas públicas universais e específicas que respeitam as diferenças e garantam oportunidades iguais para todos. Todavia, só a legislação e políticas públicas não bastam. É evidente que elas são importantíssimas, mas faz-se necessário, uma reeducação da sociedade frente às diferenças, a fim de se construir novas lógicas e novas mentalidades.

3.2.5 Movimentos Negros

A constituição da Frente Negra Brasileira marcou o Movimento Negro, organizando-se politicamente, e, em setembro de 1931, deu-se a criação, em São Paulo, de um dos maiores movimentos dentro do país, com ramificações em outros Estados.

O mais expressivo resultado das inquietações dos negros brasileiros é o Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, como uma resposta contra ações discriminatórias sofridas por meninos negros impedidos de frequentarem o Clube de Regatas Tietê e contra a morte, sob tortura, do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, no 44º Distrito Policial de Guaianazes. Foi realizado um ato público de protesto na escadaria de Teatro Municipal de São Paulo, com a concentração de mais de três mil pessoas, entre elas, negros importantes no cenário brasileiro como:

Abdias do Nascimento, Carlos Alberto Cão, Benedita da Silva, Ana Valente, Zezé Motta, Joel Rufino dos Santos e outros.

Dentro desse contexto, algumas pessoas se destacaram na luta contra o preconceito e o racismo no Brasil, entre elas, encontra-se Abdias do Nascimento – protagonista de vários fatos históricos, como a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em São Paulo e também um dos fundadores da Frente Negra Brasileira.

Em 1944, Abdias do Nascimento criou o Teatro Experimental do Negro – TEN. Além de ser autor de mais de uma dezena de publicações sobre racismo, de peças teatrais e também sobre a religiosidade de matriz africana. Foi ainda Secretário de Defesa de Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Rio de Janeiro e Deputado Federal pelo mesmo estado, em 1983, e Senador da República em 1997. Além de ser ativista do movimento negro, Abdias do Nascimento é professor emérito da Universidade do Estado de Nova Iorque, professor visitante na Universidade de Yale e no Departamento de Línguas e Literaturas da Universidade de Ifé, na Nigéria. É um dos maiores ícones na luta pela igualdade racial e direitos humanos, sendo sem dúvida, um fundamental militante no combate à discriminação racial no Brasil, em que sua história se confunde com as conquistas sociais dos negros nos últimos 60 anos.

3.3 Dia da Consciência Negra

Nos anos de opressão colonial, da escravidão e até mesmo nos dias atuais, é preciso ressaltar que alguns dos bravos personagens da história brasileira, são estudados e lembrados. Entretanto, nem sempre as mulheres e os homens negros que também se destacaram na luta contra a opressão e a dominação recebem o mesmo tratamento. A nação brasileira tem muito que se orgulhar desses homens e mulheres que, anônimos ou não, ajudaram a construir esta nação com a sua capacidade de organização e de luta; uma herança de coragem, força e resistência às desigualdades, ao racismo, ao preconceito e à discriminação, que é digna de orgulho e deve ser contada e recontada.

Um desses personagens é Zumbi dos Palmares. Mas, afinal, quem foi Zumbi? Em 1655, Brás Rocha atacou o Quilombo de Palmares e capturou um menino recém-nascido junto com outros adultos negros. Esse menino foi entregue de presente ao padre português Antônio Melo que o batizou e deu-lhe o nome de Francisco, além de lhe ensinar português, latim e religião.

Quando Francisco tinha quinze anos, já em 1670, ele fugiu para o Quilombo de Palmares que nessa época estava sob o controle e comando de Ganga Zumba. Em Palmares, Francisco recebeu um novo nome – Zumbi – e se tornou sobrinho de Ganga Zumba, na concepção africana de família: uma família extensa de parentesco aberto (marido, esposa, filhos, agregados, tios, etc.).

A assinatura de um tratado de paz, tempos depois, colocou Zumbi e Ganga Zumba em lados opostos, uma vez que Zumbi e muitos outros palmarinos não concordavam com tal acordo, pois esse tratado não assegurava a liberdade para os negros e, além de dividi-los, restituía a escravidão à maioria dos quilombolas, contam Munanga e Gomes (2006).

Assim, em 1680, Zumbi assume o comando do Quilombo dos Palmares que, sob sua liderança, cresceu e resistiu às constantes expedições e ataques, graças à estratégia de guerrilha e à coragem dos quilombolas. Guerreiro incansável, Zumbi liderou vários ataques em prol de uma sociedade livre e independente para os todos os palmarinos, até que em 20 de novembro de 1695, Zumbi foi pego em uma emboscada e, ferido mortalmente, lutou com bravura até cair morto. “Zumbi morreu em combate, matando um homem, ferindo outros e jamais se rendendo”. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 89).

Segundo Santos (2012), o corpo de Zumbi foi mutilado com vários furos de balas e de punhal como exemplo de vingança dos brancos e para dizer aos negros que Zumbi não era imortal.

Mas, quem sabe, a exposição pública da cabeça do grande líder, ao invés de causar medo e submissão aos negros escravizados, não continuou gerando um sentimento de revolta e de luta pela liberdade? Quem sabe, até mesmo com a morte cruel e o desrespeito ao seu corpo, Zumbi continuou exercendo sobre os negros uma forte liderança, tornando-se símbolo de luta e de resistência? (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 89).

Ainda segundo os autores, mesmo depois da morte de Zumbi, a luta prosseguiu durante muitos anos, com os sobreviventes quilombolas fazendo guerrilhas de resistência e ataques até 1716. O fim de Palmares só aconteceu com a ocupação de suas terras pelos colonos portugueses.

“Zumbi tornou-se um símbolo vivo para as gerações futuras como exemplo de luta e amor à liberdade”. (MUNANGA; GOMES, 2006, p.90). Em 9 de janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.639, que fala da obrigatoriedade da inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira no currículo escolar das escolas públicas e particulares da Educação básica e acrescenta que o dia 20 de novembro – dia da morte de Zumbi – deverá ser incluído no calendário escolar como Dia Nacional da Consciência Negra.

Muitas outras pessoas resistiram às desigualdades e discriminação racial e lutaram por um Brasil mais justo e igualitário. Zumbi, como símbolo de luta e força dos negros, representa todas essas pessoas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para trabalhar a questão racial na educação infantil é fundamental saber o que é ser criança e suas formas de falar e interagir. Em cada momento da história, a criança é vista de forma diferente. Até o século XVII, ela convivia com os adultos, posteriormente no Brasil (século XIX) que surge o conceito de infância, pelo qual a criança é compreendida como um adulto pequeno.

Segundo os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (2006), a criança constitui um ser humano único: completo, em crescimento e também em desenvolvimento. É um ser humano completo porque possui características necessárias para ser considerado como tal: constituição física, formas de agir, pensar e sentir; em crescimento porque seu corpo está continuamente aumentando em peso e altura; e em desenvolvimento porque essas características estão em permanente transformação.

Para conhecer e definir a vida cotidiana das crianças e principalmente a prática das professoras da educação infantil frente às questões étnico-raciais, recorreu-se à observação e análises do cotidiano escolar, pois, segundo Cenciani (2008) a rotina está presente no cotidiano escolar de educação infantil assim como as transformações e as mudanças. Conforme afirma Cavalleiro (2000):

Numa sociedade dialética homem/sociedade, o novo membro da sociedade interioriza um mundo já posto, que lhe é apresentado com uma configuração já definida, construída anteriormente à sua existência. Assim, interagindo com outros, a criança aprenderá atitudes, opiniões, valores a respeito da sociedade ampla e, mais especificamente, do espaço de inserção de seu grupo social. (CAVALLEIRO, 2000, p. 16).

Diante desse cenário, este capítulo contempla a análise dos dados coletados em uma pesquisa de campo realizada em uma escola municipal de educação infantil localizada no bairro Santo Antônio em Sete Lagoas que atende todas as modalidades da Educação Fundamental e também a Educação Infantil, crianças de 5 anos de idade (objeto de nossa pesquisa). A partir da observação do ambiente, buscou-se visualizar aspectos referentes à temática preconceito racial e

com uma professoras da Educação Infantil aborda as relações étnico-raciais em sala de aula.

A primeira etapa da pesquisa de campo nessa escola teve início em novembro de 2019, por 20 dias letivos. Optou-se por observar as aulas durante o mês de novembro onde o tema Consciência Negra está em relevância em toda escola, para obter-se subsídios para uma análise ampliada sobre estratégias, metodologias e materiais pedagógicos utilizados pelas professoras em sala de aula, visando enfatizar uma educação que respeite a diversidade racial e refletindo sobre qual a melhor maneira de abordar esse tema com crianças da educação infantil.

Assim, após ser apresentada à professora, a pesquisadora percorreu todo espaço escolar, tendo acesso aos espaços, tentando assim, inserir-se no cotidiano e rotinas da escola. Na sala de aula, buscou-se investigar a importante relação criança/criança e principalmente professora/criança, uma vez que a observação desse cotidiano e rotinas escolares permitiu perceber como essas relações eram estabelecidas nesse local educacional e verificar de que forma a professora através de suas falas, gestos, atividades desenvolvidas, brincadeiras, cantigas, etc., abordavam os temas relacionados à história da cultura afro-brasileira e também como poderiam desencadear ações no sentido de diminuir a discriminação e preconceito racial no ambiente escolar.

4.1 Aspectos Observados na sala de Aula

De acordo com Evaristo (2006), é essencial que as professoras trilhem o universo das Culturas Negras, com o olhar de criança e que por meio de objetos, situações, histórias e personagens possam apresentar no ambiente escolar à presença negra no Brasil. Entretanto, infelizmente, existe uma carência apontada pela sociedade e, em especial, por professores da educação infantil, de livros e materiais que enfoquem as Culturas Negras e também o desconhecimento de atividades que pudessem ser desenvolvidas com crianças nesta faixa etária.

Assim, pode-se perceber na organização da salas de aula da escola que existem painéis nas paredes onde há a presença fotos dos alunos e não desenhos estilizados, há a predominância de painéis com produções dos estudantes e um rodízio de participantes nas atividades diárias da sala, nunca deixando uma

criança em posição de preferência perante a outra. Esse é um aspecto positivo que, logo de início, coloca em evidência a preocupação da professora quanto às relações étnico raciais. Para a criança isso é fundamental, pois é muito importante o reconhecimento da criança como elemento importante do grupo, uma vez que faz com que ela se identifique e se sinta inserida naquele local.

A identidade da criança é construída tanto em seu ambiente familiar, junto à sua comunidade quanto na escola; por isso, esta última deve aceitar e compreender a identidade negra. Segundo Cenciani (2008, p.13):

Um olhar sobre o cotidiano dá margem à compreensão de uma relação harmoniosa entre adultos e crianças; negros, brancos. Entretanto, esse aspecto positivo torna-se contraditório à medida que não são encontrados no espaço de convivência das crianças não-brancas na sociedade brasileira. (CENCIANI, 2008, p. 13).

Na sala de aula, percebe-se que é essencial que a criança seja envolvida em um contexto no qual possa ter um sentimento de pertencimento, reconhecimento e de valorização. Ao deparar-se na sala com um painel que valoriza a diversidade cultural, a criança negra tem a possibilidade de, assim como as crianças brancas, identificarem-se com as crianças dos painéis de sua sala, pela cor da pele, tipo de cabelo e demais características físicas.

Em um cartaz, presente em outra sala da escola, também se pode perceber essa mesma preocupação em promover também na criança negra e/ou deficiente física o sentimento de pertencimento ao grupo e a compreensão de que as pessoas são diferentes em gênero, etnia, idade, religião, entre outros.

Utilizar materiais que não reforcem a discriminação, estereótipos e o preconceito racial deve ser uma preocupação constante dos educadores. Como coloca Evaristo (2006), é extremamente importante que as escolas da educação infantil cuidem para que os retratos, painéis, cartazes, brinquedos, bonecas e outros materiais utilizados em sala e demais espaços apresentem pessoas das diversas culturas, em atividades variadas, em imagens que façam com que as crianças percebam os grupos socioeconômicos nos quais estão inseridos. Assim, as histórias contadas e trabalhadas em sala de aula trouxeram a beleza, sentimentos de nobreza e pureza para crianças através de personagens negras. Houve o encanto explícito nos olhos dos alunos ao escutarem a história da Menina bonita do laço de fita. A personagem passa a ter a identidade refletida em todas

meninas presentes que querem ter seu laço. Ou nos meninos que sonham com seu coelhinho. Uma heroína nasce e uma admiração se cria por um personagem ora antes sem valor.

Nesse contexto, Cavalleiro (2000) acentua a necessidade de se trabalhar a diversidade, pois a educação não pode se esquivar do dever que tem de preparar o sujeito para a existência das diferentes étnicas, tendo, constantemente, a cautela com representações preconceituosas a respeito dos negros.

Por isso, a valorização da cultura negra se faz essencial para eliminar os estereótipos e preconceitos acerca do negro, uma vez que a construção da identidade acontece com o outro sempre presente e, portanto, não está totalmente livre da influência do meio. Durante a observação das práticas da professora, a pesquisadora pude presenciar a seguinte situação: no término de uma aula na sexta-feira, a professora resolveu distribuir massinhas de modelar para as crianças levarem para casa e brincarem no final de semana. Assim, a docente foi chamando as crianças até a sua mesa e lhes entregando a sua pasta, a mochila e uma massinha de modelar de cor variada. Até que chegou a vez de uma criança, que ao receber a massinha de modelar de cor branca, pediu à professora que lhe desse outra cor – não citou uma cor específica – mas disse que aquela ela não queria. A professora disse que não, que ela recebeu aquela massinha e, portanto, teria que ficar com a mesma.

A criança voltou para sua mesa e sentou-se. Enquanto a professora continuou a distribuir as massinhas de modelar para o restante da turma. Foi interrompida pela criança:

_ Tia, posso trocar a minha massinha com o fulano de tal _

Não! Respondeu a professora.

_ Mas eu não gosto dessa cor. Essa cor não dar para fazer quase nada! Eu não quero essa massinha _ retrucou a criança.

Nessa hora, a professora parou e distribuiu a massinha e falou:

_ Você recebeu essa massinha e vai ficar com ela. Outro dia eu te dou uma massinha de cor diferente. Mas, hoje, ou você fica com a massinha branca ou não leva nenhuma pra casa. Você escolhe. Não existe cor feia. Todas as cores são bonitas: azul, vermelho, branco, marrom, preto. Todas as cores são bonitas, sendo possível brincar e construir muitos objetos com todas as cores, sem exceção –

retrucou a professora. A criança mesmo chateada parou de questionar e resolveu levar a massinha branca para casa.

Esse exemplo mostrou que, nas mais simples situações do cotidiano escolar, é possível trabalhar naturalmente a questão étnico racial com as crianças. É evidente que a professora não estava falando das pessoas, mas, certamente, aquele aluno e os demais colegas irão interiorizar o que a professora falou e com certeza levarão esse aprendizado para outras dimensões.

Diante do colocado pela criança e pela professora, o aluno pegou outro lápis de cor para colorir o dia no calendário e a pergunta que ficou no ar é: qual a concepção que essa criança tem sobre as pessoas negras, já que, segundo a professora e o colega, o preto é feio? O mais interessante de toda essa história é que essa professora foi uma das docentes entrevistadas que disse que, na educação infantil, as crianças ainda não tem preconceito. E essa mesma professora foi quem desenvolveu o projeto “Bonequinha Abayomi”, relatou que por ser negra entendia a dificuldade que é para a criança negra se encaixar naturalmente em um ambiente social tradicional da cultura brasileira. Afinal quase tudo referência a raça branca que mesmo num país multirracial é considerada maioria, fato que não se comprova nas pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Reforçou ainda que, pelo senso de 2018, na escola o percentual de negros e pardos foi maior que 50%.

Questões de preconceito velado, podem ajudar no desempenho de um processo de reprodução do preconceito e discriminação no âmbito escolar, que pode vir a acontecer devido à inexistência no processo de formação de professores, de uma conscientização e compreensão do fenômeno do preconceito e da explicitação de práticas pedagógicas a serem desenvolvidas nas salas de aulas a fim de direcionar as atividades e comportamentos preconceituosos das crianças. Isto constitui uma omissão inaceitável, pois faz com que se perca uma grande oportunidade de combater o preconceito racial logo no início.

Pode-se acompanhar também, durante a pesquisa de campo, o projeto desenvolvido pelas professoras da Educação Infantil, envolvendo a temática racial: o projeto “A Bonequinha Preta”, que teve como objetivo abordar o preconceito racial na educação infantil.

No primeiro momento houve o Conto da história “A Bonequinha Preta” (Anexo A), do livro de Alaíde Lisboa de Oliveira para as crianças das salas do 1º e

2º período, trabalhando com eles diversas partes da história e interpretação oral. A pesquisadora acredita que a escolha desse livro certamente significa uma das possibilidades de abordar as relações étnico-raciais na sala de aula com as crianças da educação infantil, contudo, a professora foi muito feliz em levar para a sala de aula uma edição mais reformulada da história da “A Bonequinha Preta” (Anexo B).

Segundo a regente a escolha pela nova versão ocorreu porque não apresenta estereótipos negativos sobre a cor da boneca, possibilitando às crianças, verem a bonequinha preta com outro olhar.

No 2º momento realizou-se o reconto da História da bonequinha preta via desenho, que é a forma que as crianças dessa idade conseguem se comunicar melhor. A finalização da atividade ocorreu com a exposição para os pais e ou responsáveis dos desenhos, atividades realizadas e bonecas confeccionadas (FIGURAS 1 à 7). Essa etapa do projeto é extremamente importante, pois a família interage com a temática trabalhada em sala de aula, além de ajudar a criança a perceber e valorizar as diferenças existentes entre as pessoas. Dessa forma, a família participa da vida escolar dos filhos e constroem junto com eles um olhar diferente sobre os negros.

Figura 1 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Confeção da boneca



Fonte: Acervo de fotografias da autora

Figura 2 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Confeção dos personagens



Fonte: Acervo de fotografias da autora

Figura 3 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Mural artístico



Fonte: Acervo de fotografias da autora

Figura 4 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Confeção dos personagens



Fonte: Acervo de fotografias da autora

Figura 5 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Mural artístico



Fonte: Acervo de fotografias da autora

Figura 6 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Conto da história “A Bonequinha Preta”



Fonte: Acervo de fotografias da autora

Figura 7 – Trabalhos e atividades dos alunos na Semana da Consciência Negra: Confraternização



Fonte: Acervo de fotografias da autora

Percebe-se que para que haja mudança no cotidiano escolar em relação aos preconceitos, é preciso que todos, desde os educadores até os pais, repensem a questão racial de forma crítica, visando sempre uma educação igualitária. A criança precisa ter a possibilidade de conviver com objetos e bonecas que representam a diversidade étnico-cultural, dando a ela a oportunidade de aprender a conviver com as diferenças e eliminar possíveis estereótipos e preconceitos e, assim, ter a oportunidade de um desenvolvimento saudável no campo das relações étnico raciais.

A exposição dos trabalhos desenvolvidos durante o projeto provocou grande impacto nas crianças, uma vez que elas vivem uma fase de descobrimento do seu eu e também questionam tudo ao seu redor. Por isso, é importante nesta fase, trabalhar a questão da identidade e o conhecimento acerca da cultura afro-brasileira. De acordo com a LDB, em seus artigos 29 e 30, a educação infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade; ela constitui a primeira etapa da Educação Básica tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Dessa forma, pergunta Cenciani (2008), se a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, por que não começar nessa fase o trabalho com a problemática racial no cotidiano escolar? A autora considera essencial trabalhar essa questão, visando melhorar a autoestima da criança negra em seu convívio social, uma vez que é no cotidiano da educação infantil que se pode perceber as consequências dos meios social e familiar, os pais influenciam e mostram que a questão racial precisa ser problematizada e desmistificada, já que as crianças começam a se constituir como sujeitos a partir da assimilação vivenciada pela sociedade e pela família.

4.2 Análise das Entrevistas

Com o intuito de investigar as práticas das educadoras da educação infantil de uma escola localizada no bairro Santo Antônio, da cidade de Sete Lagoas; pode-se perceber como elas abordam o assunto preconceito racial em sala de aula; e também verificar quais os recursos pedagógicos e ações/estratégias das

mesmas na desconstrução de conceitos e do preconceito racial no cotidiano escolar, foram realizadas entrevistas no campo de estudo em que se deram as observações.

Devido ao tempo limitado que se dispunha para o desenvolvimento do trabalho, optou-se por realizar somente duas entrevistas. Estas foram aplicadas às duas professoras da educação infantil, que lecionavam para crianças de 5 anos que estavam no 2º período. As entrevistas foram denominadas professora “S” e professora “X”, respectivamente. A entrevista foi dividida em três blocos temáticos: História, Preconceito e sobre a escola em que as docentes lecionavam.

4.2.1 Bloco temático: História

O primeiro bloco da entrevista, com o tema História, deu a oportunidade das educadoras dizerem há quanto tempo atuam na área educacional, seu tempo de atuação na educação infantil, como era para elas serem professoras da educação infantil e também para contarem um pouco de sua história junto a esse contexto.

Em relação à experiência na área educacional, a entrevistada que atua há mais tempo na educação infantil é a professora “S”, com 18 anos nesse segmento. Já a professoras “X” possui 10 anos de experiência. Todas as duas professoras iniciaram sua experiência educacional como docentes na educação infantil e, portanto, o mesmo tempo que tem de experiência na área tem como professoras da educação infantil.

Houve uma unanimidade em relação à questão da entrevista em que foi pedido para as professoras descreverem o sentimento de atuarem na educação infantil: ambas as entrevistadas falaram que era uma realização profissional. A professora “X” colocou que, apesar dessa satisfação, trabalhar com crianças é muito complicado, pois constitui uma das fases mais complexas do desenvolvimento intelectual, motor e social do ser humano. Dessa forma, acolher e ambientar uma criança nos seus primeiros passos da vida escolar não é uma tarefa fácil, já que é preciso lidar com as inseguranças desses alunos e as expectativas dos pais. Contudo, se fosse para ela trabalhar com outros segmentos da educação (educação básica ou ensino médio), ela não saberia. “Trabalhar na educação infantil é complicado, mas é muito prazeroso”, acrescenta a professora “S”.

4.2.2 Bloco temático: Preconceito

Nesse segundo bloco, buscou-se as estratégias usadas pelas docentes da educação infantil no processo de construção/desconstrução de conceitos e preconceitos raciais em sala de aula.

Quando foi pedido para as professoras falarem sobre as crianças com as quais elas trabalham, a professora “X” colocou que as crianças adoram brincar, são bem alegres, comunicativas e cada uma tem suas peculiaridades. Ressaltou ainda que as crianças, em sua maioria, são meigas e carinhosas, mas algumas além de serem agressivas também são bastante teimosas. Já a professora “S” disse que as crianças são bem espertinhas, inteligentes e bastante questionadoras. “Algumas não tem limites e ficam testando a gente o tempo todo”.

As duas professoras disseram que as crianças, de um modo em geral, se relacionam bem, tem uma boa socialização e adaptação ao meio escolar. O relacionamento entre elas é bastante afetivo e os pequenos conflitos decorrem do ato de algumas crianças baterem nas outras ou na hora de seguir algumas regras durante os jogos realizados em sala de aula ou mesmo no recreio, em que se tem que seguir normas estabelecidas. “Nessa idade, elas tem dificuldades de errar e começar de novo”, disse a professora “S”.

Esta citou que as crianças não costumam colocar apelidos uma nas outras, e ou se elas colocam, ela ainda presenciou. Após um momento de reflexão, acrescentou: às vezes é que aparece algum modo de denegrir a imagem do outro. “Porém, não é muito comum”. Já a professora “X” falou que é normal as crianças dessa idade colocarem apelidos em seus coleguinhas e que esses apelidos são do tipo: baleia, cabelo de Bombril, quatro olhos ou até falarem que o colega é preto que nem carvão, branco que nem macarrão do hospital, entre outros.

Para a professora “X” foi perguntado qual era a postura diante desses estereótipos expressos pelas crianças e ela respondeu que sempre fala para elas pararem de colocar apelidos em seus colegas. “Eu não quero ver vocês colocando apelidos em seus colegas”, disse a professora. Segundo a mesma, esse tipo de postura não pode ser permitido, pois a escola é um ambiente no quais todos devem viver bem. “As crianças, desde pequenas, observam as diferenças físicas

entre as pessoas, especialmente a cor da pele e sentem necessidade de explicações simples e reais sobre estas diferenças” (EVARISTO, 2006, p.13).

Evaristo (2006) coloca ainda que é preciso para que a resposta esteja no nível de entendimento da criança e que falar diferenças não aumenta o preconceito, pelo contrário, o conhecimento, o acesso à informação não desenvolve o preconceito, e sim, estimula as crianças a perceberem as diferenças individuais e culturais, rompendo com os estereótipos.

De qualquer forma, o educador da educação infantil deve buscar identificar e combater a presença de estereótipos dentro e fora da escola. Uma boa maneira de se trabalhar a questão dos apelidos e estereótipos é ressaltar a diferença, visto que não é o bastante frisar ou falar sobre as semelhanças.

Ao dizer para uma criança que somos todos iguais ou dizer que devemos ser bem tratados porque somos iguais, sem ressaltar que as culturas, as estéticas, as religiões e costumes diversos são naturais em seres humanos, poderemos reforçar que só as características similares são aceitas ou consideradas. (EVARISTO, 2006, p.14).

O que a autora coloca é que, ao observar o cotidiano infantil, é possível constatar os comportamentos e questionamentos que comumente as crianças adotam ou fazem, em relação às suas características físicas e culturais, às dos colegas e como se relacionam com estas descobertas. Dessa forma, o professor deve ficar atento à essa percepção da diversidade étnico-cultural desenvolvida pela criança nessa etapa crucial de socialização escolar e de estabelecimento de padrões de relacionamento Inter étnico, que são de influência decisiva na trajetória escolar posterior.

De acordo com Cenciani (2008), para haver uma educação igualitária para todos, é preciso não existir mais os preconceitos e nenhum tipo de discriminação. Assim, a discriminação racial deve ser trabalhada a partir de Educação Básica, eliminando todos os estereótipos e desmistificando inverdades acerca da cultura negra. Nas escolas, assim como na sociedade, as crianças negras são, muitas vezes, desprezadas e insultadas devido à sua cor.

Além disso, o educador infantil não deve ser conivente com nenhuma atitude discriminatória em relação às crianças negras, ele tem que discutir a questão racial e impor respeito à identidade e à cultura das mesmas. Cenciani (2008, p.13) afirma:

No cotidiano escolar, a educação antirracista visa à erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela, estereótipos e ideias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente, docente, etc.), precisam ser duramente criticados e banidos. Em um caminho que conduz à valorização da igualdade nas relações. E, para isso, o olhar crítico é a ferramenta mestra.

Com relação à pergunta de haver crianças afrodescendentes na sala de aula das professoras em questão, as duas educadoras responderam que sim. Disseram ainda que essas crianças eram bem aceitas pelo grupo, relacionavam-se muito bem e eram bastante queridas. “Em nenhum momento as outras crianças manifestaram rejeição quanto à participação dessas crianças nas atividades realizadas na sala de aula”, disse a professora “S”.

Quando perguntadas se elas já perceberam alguma atitude diferente entre as crianças negras e não negras, obteve-se respostas positivas e negativas: “as características físicas são trabalhadas durante o „Projeto Identidade“. Portanto, as crianças são conduzidas a perceberem e valorizarem o que é diferente: cor dos cabelos, pele, etc. Sendo assim, há uma boa aceitação do outro. Além disso, na educação infantil, a criança ainda não tem discernimento para ter atitudes preconceituosas”. “O preconceito não existe nessa fase”, acrescentou a professora “S”. Já a professora “X” respondeu que sim: “Em uma brincadeira de casinha, os alunos colocaram uma criança negra para ser a empregada. A criança chegou até mim e reclamou. Fui até às crianças e disse para elas fazerem um rodízio na brincadeira, em que cada criança poderia interpretar a mãe, a tia, a empregada, a médica, etc.”.

O professor, como indivíduo, está sujeito a absorver os preconceitos sociais, mas como profissional da educação precisa estar atento e consciente do seu papel de agente transformador. Frente a esta questão, Cenciani (2008, p.15) afirma:

Precisamos entender que a criança negra não é “moreninha”, “marronzinha”, nem “pretinha”. Quando a criança reclama que não quer ser negra, ela está nos dizendo que não quer o tratamento costumeiramente dado às pessoas pertencentes a este grupo racial. O que ela não quer é ser ironizada, receber apelidos, ser excluída das brincadeiras... Assim, melhor do que chamá-la de “moreninha” para disfarçar a sua negritude, é cuidar para que ela receba atenção, carinho. (CENCIANI, 2008, p. 15).

Uma das professoras disse que “o preconceito não existe nessa fase”. Contrariamente a isso, Fazzi (2006) afirma que na realidade existe uma produção preconceituosa por parte da criança, que deve ser vista como atores sociais ativos e competentes em suas diversas relações e atividades coletivas. Normalmente, o comportamento preconceituoso e atitudes raciais negativas são identificados, inicialmente, a partir dos estereótipos utilizados pelas crianças e que geralmente se traduz em gozações e xingamentos.

No cotidiano infantil, pode-se constatar comportamentos e questionamentos, que comumente as crianças adotam ou fazem em relação às suas características físicas e culturais, às dos colegas e como se relacionam com estas descobertas. Dessa forma, Evaristo (2006) afirma que o desenvolvimento da criança e sua percepção da diversidade étnico-cultural acontecem desde os primeiros anos de idade, sendo que:

a) Entre 8 meses e 2 anos – Nessa faixa etária já é possível dizer que as crianças percebem as características físicas do outro, pois em algumas circunstâncias se aproximam ou não das pessoas;

b) Aos 2 anos – As crianças se tornam cada vez mais conscientes do gênero e sentem curiosidade pela cor da pele, cor e textura do cabelo, a forma e cor dos olhos e outros atributos físicos das pessoas ao seu redor. Nessa faixa etária já é possível perguntar e comentar sobre as suas percepções;

c) Entre 3 e 4 anos – As crianças dessa idade já observam os aspectos culturais na influência do gênero. Algumas podem até reconhecer diferenças étnicas e religiosas, uma vez que conseguem observar que algumas crianças do seu meio comem determinados alimentos e comemoram feriados diferentes ou não comemoram;

d) Entre 3 e 4 anos – Nessa faixa etária, as crianças procuram explicações sobre as diferenças físicas e individuais e demonstram maior consciência de sua estética, das semelhanças e diferenças. Também perguntam sobre a possibilidade de mudança na cor da pele, se o cabelo vai se modificar à medida que vão ficando maiores;

e) Aos 5 anos – As crianças dessa faixa etária começam a construir uma identidade étnica do grupo, assim como uma identidade individual e já conseguem perceber melhor a escala de diferenças e similaridades entre os grupos raciais e

étnicos. Podem, até mesmo, começar a compreender as explicações científicas para as diferenças da cor de pele, textura dos cabelos e formato dos olhos.

Dessa forma, os educadores e pais devem garantir às crianças, desde cedo, um ambiente rico nas possibilidades de exploração convívio com a diversidade étnico-cultural, visando um desenvolvimento salutar no campo das relações humanas. Assim, além do contato da criança com pessoas de outras etnias, o educador pode trabalhar e proporcionar esse contato por meio de retratos, livros, objetos, filmes, músicas, alimentos, entre outros.

Ainda segundo a autora, os educadores devem tomar cuidado para não utilizarem histórias folclóricas ou religiosas para explicarem às crianças as diferenças de cor de pele, textura e tipos de cabelos, etc. Além disso, é preciso cuidar para que a resposta esteja no nível de entendimento da criança.

Outro aspecto citado por uma das professoras se refere aos papéis que são atribuídos aos negros e que, muitas vezes, no próprio livro didático esta situação é posta. Ao povo negro cabe as piores e desqualificadas imagens: os pobres, os mendigos, os ladrões, os empregados, os marginais, os escravos, as domésticas. Tal ação contribui para um imaginário social coletivo preconceituoso e constitui uma forma de atribuir características negativas, no sentido de inferiorizar a população negra.

No que diz respeito aos problemas enfrentado nas escolas em relação ao preconceito racial, uma professora disse que não sabe diagnosticar por ainda não ter vivenciado essa situação e uma delas respondeu que o maior problema é a falta de preparo dos profissionais da educação infantil para lidar com o problema. Outro fator que também foi exposto pela professora é que muitos profissionais da educação infantil veem a criança como um ser sem maldade e por isso não trabalham com elas temas relacionados ao preconceito e à discriminação racial, o que faz com que o preconceito se instale não escola, mas também na sociedade.

O silêncio do professor no que tange à temática racial pode estar relacionado ao despreparo do mesmo em virtude da falta de embasamento teórico e prático para orientá-lo, de forma que muitos preferem não se manifestar por não saberem como agir. Assim, de acordo com Cavalleiro (2000, p.69), “o silêncio sobre a questão étnica parece atingir a todos, adultos e crianças, profissionais da escola e familiares.”

Até mesmo as crianças negras acabam por se calar diante de um ato de preconceito, por não poderem contar com a ajuda das docentes, que se omitem a falar sobre o assunto. Desse modo, no espaço escolar ocorrem situações, que por vezes podem influenciar a socialização das crianças, revelando-lhes diferentes lugares para indivíduos brancos e negros.

À pergunta como o preconceito racial pode afetar uma criança, a professora “S” não soube responder a pergunta no primeiro momento e logo em seguida disse:

A meu ver “Isso acontece quando lhe é inserido na bagagem familiar”. A Educadora “X”, por sua vez, falou que “o preconceito pode gerar um processo de muita raiva, capaz de explodir em violência, e também pode fazer com que a criança se sinta diferenciada das outras e se torna isolada do ambiente social e escolar”.

No que diz respeito ao que poderia ser feito para minimizar se não acabar com o preconceito racial nas escolas, as duas entrevistadas citaram veículos capazes de minimizar essa situação, como: projetos, teatros, dramatizações, filmes, desenhos, cartazes, fotografias, histórias contadas, músicas, entre outros. “Há muitas formas de abordar o tema e uma grande diversidade de trabalhos relacionados à questão racial. O professor pode utilizar projetos, poesias, histórias e brincadeiras”, disse a professora “S”. “Imagino que deva haver uma infinidade de caminhos para responder essa questão. Nesta faixa etária, a criança está na fase da construção de conceitos, construção da identidade. Sendo assim, a professora tem que oferecer referenciais para a criança, com um princípio fundamental, a diferença – um fator positivo, afinal, ser diferente é bom”, colocou a professora “X”.

Trabalhar a questão racial por intermédio de projetos pode ser um instrumento eficaz para diminuir e prevenir o processo de exclusão social e incorporação eficaz para diminuir e prevenir o processo de exclusão social e incorporação do preconceito pelas crianças, além de valorizar o negro e sua cultura. Entretanto, é fundamental que haja um cuidado todo especial na elaboração e desenvolvimento não só de projetos, mas de qualquer atividade que esteja voltada para as relações étnico-raciais.

As docentes disseram que o assunto também pode ser abordado utilizando a literatura para desconstruir a imagem negativa obtida acerca do negro. Apesar da falta de material voltado para a temática racial, há livros que ilustram histórias e

saberes da cultura negra e africana e que desmistificam muitas inverdades sobre o negro, sua religião e sua cultura e devem ser trabalhados em sala de aula, como instrumento para se abordar a diversidade na educação infantil, possibilitando, dessa forma, um desenvolvimento saudável no campo das relações étnico-raciais.

4.2.3 Bloco temático: Sobre a escola em que você trabalha

Essa última parte da entrevista teve como objetivo verificar como a escola onde foi realizada a pesquisa de campo e observações trata as relações étnico-raciais e se existem projetos que colocam em pauta essa questão.

Para abordar as relações étnico-raciais na escola, tendo crianças negras em sala de aula, as entrevistadas citaram que “não existe uma receita pronta. A professora através de uma história simples pode trabalhar a questão racial. As brincadeiras de se tocarem, observarem e valorizarem as diferenças, ajudam a trabalhar a diversidade na sala de aula” – disse a professora “X”, “inserindo o tema nos conteúdos a serem trabalhados e visando destacar as diferenças como atrativos”, respondeu a professora “S”. Relatou que quando começou trabalhar na década de 80 o preconceito era explícito, mas silencioso. Ninguém ia dizer diretamente palavras racistas, mas turmas eram separadas em A, B, C. As formadas pelos alunos brancos geralmente eram A ou B e para tais turmas professores idem. As turmas abaixo tinham a maioria pobre e negros e mereciam professores idem.

Todas as duas professoras entrevistadas disseram que a escola tem projetos voltados para as relações étnico-raciais, destacando os projetos desenvolvidos para o dia da Consciência Negra. Além destes, outros projetos são desenvolvidos na escola, como o projeto “Identidade e autonomia”, “Valores: Conscientização e Vivência”, além do projeto mencionado “A Bonequinha Preta” entre outros. “Dentro de todos os projetos desenvolvidos durante o ano letivo, o assunto preconceito racial é trabalhado naturalmente com as crianças”, disse a professora “S”.

Ao final das entrevistas, as pesquisadoras perceberam a presença do uso de estereótipos negativos sobre a cor preta, utilizados na atividade do calendário supracitada e também no projeto que a própria docente desenvolveu “A

Bonequinha Preta”, onde foi enfatizado o estereótipo que dava qualidade à boneca: “preta que nem carvão”.

Diante desse cenário, Cavalleiro (2000) traz contribuições pertinentes acerca do contexto acima citado. A autora coloca que diante de situações que remetem imagens estereotipadas, marcadas por preconceito, as crianças são vistas pelas suas professoras como sujeitos distantes do preconceito racial, pois, segundo ela, nas suas atitudes diárias não são percebidos indícios que denunciem a interiorização da discriminação.

Ainda segundo Cavalleiro (2000), a dificuldade das professoras em compreender a escola com um espaço onde o problema racial também está presente pode representar um esforço para a manutenção do preconceito, pois que impede uma busca de trabalho e experiências que concorram para a superação do problema.

A professora “X” reconhece a presença do preconceito racial na educação infantil e que muitas crianças utilizam estereótipos para denegrir a imagem da criança negra no ambiente escolar. Entretanto, apesar de conhecer estratégias envolvendo a temática racial, estas são pouco utilizadas pela professora. A docente cita que a questão racial pode ser trabalhada naturalmente dentro da sala de aula, inserida nas diversas atividades e rotinas do cotidiano escolar. Mas, quando as situações se apresentem, a professora não verbaliza de maneira elaborada a temática racial e por isso deixa passar oportunidades nas quais seria interessante explorar as diferenças étnico-raciais.

Perante esse cenário, a professora “X”, quando toma conhecimento ou presencia uma situação de conflito entre o alunado, geralmente resolve o assunto sem levar em conta os possíveis elementos preconceituosos ou discriminatórios que possam estar permeando o fato. Essa postura da professora pode indicar o despreparo da mesma para lidar com situações de conflito racial entre os elementos do cotidiano escolar. Faz-se necessário salientar que o despreparo das professoras da educação infantil no trato de questões envolvendo a temática racial, deve-se também ao fato de que os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (2006) não oferecem parâmetros que contribuam com a formação de uma identidade racial, pois que trazem a temática de maneira superficial, abordando o tema diversidade de forma muito generalizada. Sendo assim,

Cavaleiro (2000) diz que é essencial que haja uma discussão a respeito das questões étnicas na educação infantil, pois não há diretrizes a orientá-la.

Compreende-se que o reconhecimento e valorização das diferenças raciais devem ser proporcionados desde os primeiros anos de vida. Somente uma discussão profunda dos problemas relacionados ao preconceito e discriminação racial pode concorrer para a transformação da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, diante de todas as discussões e dados apresentados, pode-se perceber que não há como negar a existência do preconceito racial entre criança/criança e adulto/criança e que este afeta em maior grau a criança negra.

Dessa forma, faz-se necessário dizer que existe na escola um olhar diferente sobre o negro, uma vez que, se pode constatar no espaço pesquisado, cartazes, painéis e livros infantis que expressam a existência de crianças negras na sociedade brasileira. Assim, vale a pena parabenizar as professoras pela iniciativa de trabalhar esse delicado assunto com as crianças. Afinal, ser representada em livros, projetos e cartazes no cotidiano escolar constitui um fator importante para as crianças negras.

Porém, aos poucos, foi possível perceber através das observações e entrevistas realizadas que, apesar da escola ter esse olhar diferente sobre o negro, existe nesse mesmo espaço a ausência de questionamentos sobre a diversidade racial principalmente por parte das professoras, o que pode sinalizar um despreparo em lidar com a questão racial no âmbito escolar, como também o silêncio de algumas docentes da educação infantil no que se refere a essa temática.

Esse silêncio que perpassa os conflitos étnicos na sociedade é “o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola”. (CAVALLEIRO, 2000, p. 98). Nesse sentido, o preconceito velado que cala toda a população se junta àquele presente nas instituições escolares e acaba por impedir que práticas antirracistas sejam elaboradas.

Na tentativa de responder a questão que norteou essa pesquisa, fez-se necessário discorrer sobre a história do negro nesse país, com o intuito de compreender como o conflito racial perpassa as relações interpessoais, bem como

desmistificar o mito da democracia racial tão presente no imaginário da sociedade brasileira e que facilita o desenvolvimento do preconceito e a ocorrência de discriminação no espaço escolar. Só assim foi possível responder às indagações no que se refere à forma como as professoras da educação infantil abordam o assunto preconceito em sala de aula.

No que tange às estratégias relacionadas ao preconceito racial utilizadas pelas professoras da educação infantil da escola pesquisada, pode-se dizer que é de conhecimento das mesmas as formas que se pode trabalhar esse tema (música, projetos, teatro, historinhas infantis, etc.), mesmo com um número pequeno de crianças negras no espaço escolar a qual se teve acesso.

Portanto, concluiu-se que o espaço escolar pode sim ser reprodutor de práticas racistas e que há docentes que silenciam diante desse problema. Pretende-se também informar que durante o período de pesquisa na instituição não houve um maior contato com os demais funcionários, uma vez que optou-se em realizar as entrevistas com apenas duas professoras, escolhidas após a observação feita em sala de aula.

Finalmente, concluiu-se que a promoção de uma educação voltada para as diferenças, livre de preconceitos, é uma possibilidade de formar sujeitos menos preconceituosos nas gerações futuras. Mas, para que isso ocorra, é necessário criar estratégias voltadas para a desmistificação de conceitos pré-estabelecidos pela sociedade – decorrentes da escravidão e do mito da democracia racial – e, mais do que isso, trabalhar essas estratégias/ações de maneira a desenvolver nas crianças a percepção da diversidade étnico-racial e de desenvolver uma educação igualitária.

REFERENCIAS

- ANDRE, Marli Elisa Dalmaso Afonso. **Etnografia da Prática Escolar**. 9. ed. Campinas: Papirus Editora. 1995.
- BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm Acesso em: 10 Jan. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.459, de 13 de Maio de 1997**. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9459.htm. Acesso em 10 Jan. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 Jan. 2020
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: 05 Jan. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>. Acesso em: 09 Jan. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP 003/2004**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em 09 Jan. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, DE 17 de Junho de 2004**. (*) Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 09 Jan. 2020.
- CARRANÇA, Flavio. É possível trabalhar a inclusão. **Revista Criança do professor de Educação Infantil**, São Paulo, n.42, p.18-24, 2006.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CENCIANI, Daniela Xavier. Relações entre o cotidiano escolar da educação infantil e a problemática racial brasileira. **Revista África e Africanidades**, Ano I, n. 3, p. 1-18, 2008. Disponível em: http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Relacoes_entre_o_cotidiano_escola_da_educacao_infantil_e_a_problematICA_racial_brasileira.pdf. Acesso em: 04 Jan. 2020.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999.

CUNHA JUNIOR, Henrique. A história africana e os elementos básicos para o seu ensino. In: COSTA LIMA, Ivan; ROMÃO, Jeruse (org.). **Negros e currículo**. Série Pensamento Negro em Educação nº. 2. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1997.

DIAS, Adelaide Alves. Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. In: **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007, p. 441-456.

EVARISTO, Mara Catarina. **Livro do professor**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2006.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras**. Socialização entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Coleção para entender, São Paulo: Global, 2006

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 2. ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Zumbi**. São Paulo: Global editora, 2012.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

“Entrevista aplicada com o objetivo de verificar e analisar questões sobre o preconceito racial na educação infantil”.

Importante: Essa entrevista destina-se a fins educacionais, portanto apresenta carácter anônimo e secreto.

BLOCO TEMÁTICO: HISTÓRIA

1. Quantos anos você tem de experiência na área educacional?

2. Há quanto tempo é professora da Educação Infantil?
3. Como é, para você, ser professora da Educação Infantil?
4. Escolheria de novo, a partir do que tem vivido, ser professora?

BLOCO TEMÁTICO: PRECONCEITO

1. Fale sobre as crianças com as quais você trabalha.
2. Como as crianças se relacionam entre si?
3. Quais os maiores conflitos que aparecem entre elas? Por quê?
4. As crianças da escola onde você leciona colocam apelidos uma nas outras?
Que tipo de apelido?
5. Você tem crianças afrodescendentes na sua sala de aula? Em caso de afirmativo, como elas se relacionam com o grupo em sala de aula?
6. Você já percebeu alguma atitude diferente entre as crianças negras e as não negras? Como você reagiu? Por quê?
7. Em sua avaliação, quais são os maiores problemas enfrentados nas escolas em relação ao preconceito racial?
8. Em sua opinião, como o preconceito racial pode afetar uma criança?
9. O que você acha que poderia ser feito para acabar ou pelo menos minimizar o preconceito racial nas escolas?

BLOCO TEMÁTICO: SOBRE A ESCOLA EM QUE VOCÊ TRABALHA:

1. Hoje, encontramos várias crianças negras em sala de aula. Como uma professora da educação infantil pode desenvolver o tema das relações étnico-raciais na sala de aula?

2. Existem na escola projetos relacionados às relações étnico-raciais?

Quais? 3- Você se considera de qual raça?

4- Já sofreu preconceito? Quais?

**APENDICE B – Roteiro de observação para a pesquisa em sala de aula
Investigação sobre a prática docente em relação ao preconceito racial.**

- 1- Existem na escola projetos que se referem às relações étnico-raciais?
- 2- A professora já presenciou alguma situação de preconceito ou discriminação étnico-racial na escola?
- 3- Como as professoras da Educação Infantil abordam o assunto preconceito racial em sala de aula?
- 4- Quais os recursos pedagógicos e ações/estratégias das professoras na desconstrução de conceitos e do preconceito racial em sala de aula?

ANEXO A – Versão da história “A Bonequinha Preta” rejeitada pela professora para desenvolvimento do projeto.

Mariazinha tem uma boneca. A boneca de Mariazinha é preta como carvão. A boneca de Mariazinha é muito bonita! Ela tem trancinhas, tem a boca vermelha e os olhos bem redondos. Mariazinha gosta tanto de Bonequinha Preta!

Mariazinha tem muito cuidado com a Bonequinha Preta

Mariazinha dá banho na Bonequinha Preta e faz a comidinha da Bonequinha Preta.

Mariazinha costura os vestidinhos da Bonequinha preta.

A bonequinha dorme na cama de Mariazinha. Ela dorme cedinho... e corda cedinho também.

De manhã, Mariazinha pergunta a Bonequinha Preta:

- Bonequinha Preta, você gosta muito de mim?

E a Bonequinha Preta responde:

- Gosto muito de você, Mariazinha.

Depois a Bonequinha Preta pergunta:

- E você, Mariazinha, gosta muito da Bonequinha Preta?

E Mariazinha responde:

-Gosto muito de você, minha Bonequinha Preta.

Mariazinha hoje vai passear com a mamãe.

Mariazinha não pode levar a boneca pra passear.

O passeio é muito longe e a boneca é pequena. Boneca pequena não pode andar muito.

Antes de sair, Mariazinha diz à boneca:

- Bonequinha Preta, vou passear com a mamãe. Fique muito quietinha em casa e não faça arte. Bonequinha Preta, não chegue à janela, senão você pode cair.

A Bonequinha Preta ouve tudo e responde:

- Pode ir sossegada, Mariazinha! Ei fico quietinha em casa e não chego à janela.

Mariazinha sai com a mamãe.

A Bonequinha Preta fica triste, assentada na poltrona, na poltrona lá da sala de visitas.

De repente um gatinho começa a miar...

O gatinho está miando lá na calçada.

O gatinho mia assim: Miau! Miau!

A bonequinha está com muita vontade de espiar o gatinho.

São tão bonitinhos os gatinhos!

A Bonequinha Preta diz assim:

- Vou à janela espiar o gatinho. Vou espiar um pouquinho só...Um pouquinho só, Mariazinha não se zanga.

Ir ou não ir só um pouquinho na Janela? A dúvida passou rapidinho e logo ela já estava lá, tentando olhar tudo. Ela não queria cair, mas estava difícil ver. Subiu só mais um tantinho e... tchibum! Caiu lá embaixo! Por sorte, o verdureiro estava passando bem na hora, ela caiu em cima das verduras fofinhas de seu grande cesto.

Ela era tão levinha que ele nem percebeu e continuou andando pelas calçadas com seu canto:

- Verdureiro, verdureiro!

Passou por várias ruas onde a bonequinha preta nunca tinha ido, cada vez mais longe...

Então o verdureiro decidiu voltar para casa, pois já era tarde. Entrou pela garagem escura, sem ver a bonequinha assustada que estava ali. E subiu as escadas para chegar em casa, largando o cesto no chão. A bonequinha preta começou a chorar, de tanto medo que estava daquele lugar estranho e escuro. Cair da janela assim tinha sido uma grande besteira e Mariazinha não ia gostar nada de ter sido desobedecida. Então chorou e chorou mais ainda, sem nenhum consolo... Nenhum!

O gatinho que seguiu a bonequinha preta ouviu aquele choro tão doído e ficou com muita pena da Bonequinha Preta. Tentou fazer gracinhas para ela sorrir, mas não deu certo.

- Então, o que posso fazer por você?

- Não sei, eu fui olhar só um pouquinho na janela, sem Mariazinha saber.

Ela disse para eu não ir sozinha, e agora perdi minha linda casa!

- talvez eu possa ajudar. Os gatos passeiam pela noite, e se você me contar como é sua casa, talvez eu a encontre.

- É uma linda casa branca, com janelas azuis, e uma menininha dentro, que deve estar triste agora.

E assim, o gato saiu pelas ruas à noite, procurando a casa certa.

Procurou, procurou e... Encontrou aquela linda casa branca, com janelas azuis, e uma linda menininha que chorava muito.

- Vamos lá buscar sua bonequinha preta que caiu no cesto do verdureiro!

E lá foram os dois.

Quando chegaram, foi aquele abraço! Toda a choradeira passou e as duas prometeram nunca mais se separar. Voltaram juntas para casa, mas, na hora de se despedir do gato, ficaram com tanta pena, que o convidaram a morar com elas na linda casa. Ele gostou muito da ideia.

Assim, a história acaba com todos felizes, merecendo no fim um ponto de alegria bem grande!

FIM!

ANEXO B – Segunda versão da história “A Bonequinha Preta” de Alaíde Lisboa de Oliveira e Ana Raquel.

Era uma vez uma bonequinha preta, que morava em uma linda casa com Mariazinha. As duas brincavam o tempo todo, e até dormiam juntas quando estavam cansadas.

Todos os outros brinquedos dormiam em outros lugares, pois Mariazinha queria sempre a sua amiguinha, bonequinha preta junto.

Mas, o que ela não sabia, era que as bonequinhas não dormem como as meninas, aquele tempo todo, se, ver o mundo aqui fora. Eram diferentes das meninas e meninos de verdade em muitas coisas. Mesmo assim Mariazinha ensinava à sua bonequinha preferida tudo o que aprendia com a mamãe: tomar banho, escovar os dentes, trocar roupas limpas, e tudo mais.

Naquele dia, quando foi dormir um pouquinho depois do almoço, explicou direitinho à bonequinha preta que ela não deveria subir sozinha na janela:

- A janela é muito perigosa! A criança pode cair lá fora e nunca mais voltar para casa. Papai disse que precisa ter gente grande perto sempre que a gente quiser ir à janela.

Mariazinha viu que a bonequinha entendeu tudo muito bem, como sempre. Então dormiu sossegada...

A bonequinha preta também começou a dormir mas... uma voz diferente forte e interessante entrava pela janela trazendo uma novidade que ela não conhecia:

- Verdureiro, verdureiro!

O que será isso, pensou a bonequinha. Mariazinha, que sempre sabia tudo, estava dormindo e não podia contar nada sobre verdureiros, que deviam ser novos e sensacionais! Ela precisava ver! Talvez seja isto: um cara todo verde! Ou quem sabe isto: alguém saindo assim do verde. Também podia ser um destes: nunca tinha visto um.

- Verdureiro, verdureiro!

Ir ou não ir só um pouquinho na Janela? A dúvida passou rapidinho e logo ela já estava lá, tentando olhar tudo. Ela não queria cair, mas estava difícil ver. Subiu só mais um tantinho e... tchibum! Caiu lá embaixo! Por sorte, o verdureiro estava passando bem na hora, ela caiu em cima das verduras fofinhas de seu grande cesto. Ela era tão levinha que ele nem percebeu e continuou andando pelas calçadas com seu canto:

- Verdureiro, verdureiro!

Passou por várias ruas onde a bonequinha preta nunca tinha ido, cada vez mais longe...

Então o verdureiro decidiu voltar para casa, pois já era tarde. Entrou pela garagem escura, sem ver a bonequinha assustada que estava ali. E subiu as escadas para chegar em casa, largando o cesto no chão. A bonequinha preta começou a chorar, de tanto medo que estava daquele lugar estranho e escuro. Cair da janela assim tinha sido uma grande besteira e Mariazinha não ia gostar nada de ter sido desobedecida. Então chorou e chorou mais ainda, sem nenhum consolo... Nenhum!

Um gatinho que ia passando por ali ouviu aquele choro tão doído e ficou com muita pena da Bonequinha Preta. Tentou fazer gracinha para ela sorrir, mas não deu certo.

- Então, o que posso fazer por você?

- Não sei, eu fui olhar só um pouquinho na janela, sem Mariazinha saber.

Ela disse para eu não ir sozinha, e agora perdi minha linda casa!

- talvez eu possa ajudar. Os gatos passeiam pela noite, e se você me contar como é sua casa, talvez eu a encontre.

- É uma linda casa branca, com janelas azuis, e uma menina dentro, que deve estar triste agora.

E assim, o gato saiu pelas ruas à noite, procurando a casa certa.

Procurou, procurou e... Encontrou aquela linda casa branca, com janelas azuis, e uma linda menina que chorava muito.

- Vamos lá buscar sua bonequinha preta que caiu no cesto do verdureiro!

E lá foram os dois.

Quando chegaram, foi aquele abraço! Toda a choradeira passou e as duas prometeram nunca mais se separar. Voltaram juntas para casa, mas, na hora de se despedir do gato, ficaram com tanta pena, que o convidaram a morar com elas na linda casa. Ele gostou muito da ideia.

Assim, a história acaba com todos felizes, merecendo no fim um ponto de alegria bem grande!

FIM!